

# PREGÃO ELETRÔNICO

90036/2025

**CONTRATANTE (UASG)**  
(180101)

## **OBJETO**

*Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços relacionados a licenças de software de reconhecimento facial, análise I2 e treinamento em I2.*

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

*Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.*

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **24/06/2026** às **08h** (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

*menor preço por grupo*

## **MODO DE DISPUTA:**

*aberto*

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	14
11. DOS RECURSOS .....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2025

(Processo Administrativo nº 025.00011101/2025-67)

Torna-se público que o(a) *Secretaria da Segurança Pública*, por meio do(a) *Gabinete do Secretário e Assessorias*, UASG 180101, sediado(a) na *rua Líbero Badaró, 39, Centro, São Paulo/SP*, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços relacionados a licenças de software de reconhecimento facial, análise I2 e treinamento em I2**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será composta por três itens, divididos em um grupo formado por dois itens, e o terceiro item, tratado de forma independente, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.*

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido nas subdivisões subsequentes.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Considerando o valor estimado do item 1 e do grupo 1 objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de

integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *1% (um por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17.1. *Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido em subdivisão do item 3.5.*



6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. *Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo(s) de itens:*

6.19.1.1. *serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos:*

*a) o valor unitário máximo estimado para cada item integrante do respectivo grupo;*

*b) o valor total máximo do grupo, resultante do somatório dos preços unitários máximos dos itens que o compõem;*

6.19.1.2. *a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.*

6.19.2. *Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.*

6.19.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas **valores inferiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.14.1. *Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido em subdivisão do item 3.5.*

8.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:



- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;*
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.*

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo e-mail: ssp.licitacoes@sp.gov.br*.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:



12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. *pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação *ou a ata de registro de preços* no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A **sanção de multa** será calculada em conformidade com a **Resolução nº SSP-05/2026**, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação *ou a ata de registro de preços* no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. *Tratando-se de licitação para registro de preços:*

12.21.1. *Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;*

12.21.2. *Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;*

12.21.3. *O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.*

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail: ssp.licitacoes@sp.gov.br*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico: compras.gov.br*.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.1.2. *Anexo I.2 – Memorial Descritivo Item 01 – Reconhecimento facial;*

14.15.1.3. *Anexo I.3 – Memorial Descritivo (Grupo 01 - Item 02) – Licença I2;*

14.15.1.4. *Anexo I.4 – Memorial Descritivo (Grupo 01 – Item 03) – Treinamento I2;*

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;*

14.15.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.6. *ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços.*

*São Paulo, na data da assinatura digital.*

**EUGÊNIO APARECIDO DE LIMA**

***Subscritor do Edital***

ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL

# Termo de Referência 40/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2026	180101-ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL	RAFAEL DIEGO BARBOSA	18/05/2026 13:03 (v 0.4)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		025.00011101/2025-67

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EUGENIO APARECIDO DE LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 13:03:41.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - tr\_licitacao\_servicos\_sem\_mo\_lei\_14133\_ESP\_07\_01\_2026 (7).pdf (771.19 KB)



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 025.00011101/2025-67)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços relacionados a **licenças de software de reconhecimento facial, análise I2 e treinamento em I2**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	Código BEC / GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		Licença de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, com entrega no modelo SaaS (Software como Serviço)	6785-7 / 27006	01	40	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.
2	1	Licenças de uso do i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.	6785-8 / 27472	01	05	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.
3	1	Licenças de acesso ao i2 Explore Web, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.	6785-9 / 3840	01	50	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **14 (catorze) meses**, contados **da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A presente contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável e à utilização eficiente de recursos públicos.

4.1.2. Nesse contexto, a solução tecnológica a ser contratada deverá, sempre que possível, estar aderente a diretrizes de eficiência energética, priorizando arquiteturas e infraestruturas que demandem menor consumo de energia para processamento, armazenamento e transmissão de dados, sem prejuízo do desempenho operacional exigido.

#### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O **prazo de entrega** do objeto contratado será de até **60 (sessenta) dias corridos** contados da assinatura do contrato, período no qual a Contratada deverá providenciar todos os acessos, licenças,

*credenciais, configurações, integrações, treinamentos iniciais e demais meios necessários à plena implementação da solução.*

### **Especificação da garantia do serviço**

5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os *parâmetros definidos no item 7.1*, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao

seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito



do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.



## Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Sociedade cooperativa:** *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);*

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Qualificação Técnica**

8.19.1. *Para fins de comprovação da qualificação técnica necessária à execução do objeto da contratação, a licitante deverá demonstrar possuir **certificação, credenciamento ou autorização formal emitida pelo fabricante do software**, que a habilite a comercializar, licenciar, implementar ou prestar suporte técnico à solução ofertada.*

8.19.2. *A comprovação deverá ser realizada mediante apresentação de documento oficial vigente, emitido diretamente pelo fabricante ou por sua representação oficial, que ateste a condição da empresa como parceira autorizada, revendedora certificada, integradora ou canal oficial de comercialização, apta a fornecer os produtos e serviços relacionados à solução tecnológica objeto da contratação.*

8.19.3. *Serão aceitos documentos equivalentes que comprovem a integração da licitante à rede oficial de parceiros do fabricante, desde que estejam válidos na data da apresentação da proposta e guardem pertinência com a solução ofertada no certame.*

8.19.4. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.19.5. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

#### **Outras comprovações**

8.20. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.21. *Tratando-se de consórcio:*

8.21.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

a) *Designação do consórcio e sua composição;*

- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;*

8.21.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.21.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.21.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.22. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter **sigiloso** e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

*São Paulo, na data da assinatura digital.*

**Eugênio Aparecido de Lima**

## ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL

**Estudo Técnico Preliminar 80/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 025.00011101/2025-67

**2. Descrição da necessidade****.2.2.1. Fundamentação da necessidade da contratação.**

2.1.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo de fortalecer sua capacidade institucional de enfrentamento à criminalidade, em especial no que se refere às organizações criminosas estruturadas.

2.1.2. Observa-se que o atual cenário da segurança pública demanda o uso intensivo de soluções tecnológicas capazes de ampliar a eficiência das atividades de investigação, prevenção e repressão qualificada, sobretudo diante do elevado volume de dados e da crescente complexidade das dinâmicas criminais.

2.1.3. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação e modernização da infraestrutura de análise investigativa, reconhecimento de indivíduos e produção de inteligência, por meio da contratação de soluções tecnológicas integradas e complementares, que possibilitem o tratamento, a correlação e a visualização de dados de forma estruturada e orientada à tomada de decisão.

2.1.4. A medida visa, portanto, aprimorar a capacidade operacional dos órgãos envolvidos, aumentar a assertividade das ações de segurança pública e conferir maior celeridade e efetividade às atividades institucionais, em consonância com o interesse público e com os princípios da eficiência e da supremacia do interesse público que regem a Administração Pública.

**2.2. Especificamente, busca-se a contratação de:**

2.2.1. 40 (quarenta) licenças de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, disponibilizadas no modelo SaaS (Software as a Service Software como Serviço);

2.2.2. 05 (cinco) licenças de uso do software i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, incluindo suporte técnico pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula.

2.2.3. 50 (cinquenta) licenças de acesso ao i2 Explorer Web, incluindo suporte técnico pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula;

**2.3. Solução Tecnológica de Reconhecimento Facial com Inteligência Artificial**

2.3.1. Trata-se de uma plataforma de reconhecimento facial de alta performance, baseada em algoritmos de inteligência artificial, capaz de identificar e correlacionar rostos humanos com elevado grau de precisão. A solução deverá ser apta a operar sobre imagens e vídeos provenientes de fontes públicas e abertas, como redes sociais, vídeos disponíveis na internet, câmeras de monitoramento urbano, entre outras, possibilitando a rápida identificação de indivíduos, mesmo sob condições adversas, tais como ângulos variados, baixa resolução de imagem e alterações faciais.

2.3.1.1. A ferramenta deverá contemplar, entre outras, as seguintes funcionalidades:

2.3.1.2. Mecanismo de busca facial por similaridade;

2.3.1.3. Geração automática de alertas em tempo real;

2.3.1.4. Interface de consulta investigativa amigável, segura e auditável;

2.3.1.5. Integração com bancos de dados institucionais e fontes públicas de informação;

2.3.1.6. Registro de auditoria e trilha completa de utilização da plataforma.

## 2.4. Solução Tecnológica de Software para Análise Visual e Inteligência Investigativa, i2 Analysis Hub Usuário Concorrente.

2.4.1. Trata-se de plataforma especializada em análise visual, relacional e de inteligência investigativa, destinada à exploração estruturada de grandes volumes de dados provenientes de múltiplas fontes.

2.4.2. A solução deverá permitir a identificação de vínculos, padrões e correlações entre pessoas, objetos, eventos, organizações e locais, por meio de recursos gráficos e analíticos avançados.

2.4.3. Entre as funcionalidades mínimas esperadas, destacam-se:

2.4.3.1. Modelagem e visualização de redes de relacionamento (link analysis);

2.4.3.2. Construção de linhas do tempo e análise temporal de eventos;

2.4.3.3. Integração de dados estruturados e não estruturados;

2.4.3.4. Identificação de padrões, anomalias e conexões ocultas;

2.4.3.5. Geração de relatórios analíticos e produtos de inteligência;

2.4.4. A solução deverá possibilitar análise colaborativa entre usuários, com controle de acesso, rastreabilidade e auditoria das atividades realizadas.

## 2.5. Solução Tecnológica de Software para Análise Visual e Inteligência Investigativa.

2.5.1. Consiste em um software avançado de análise visual, relacional e de inteligência de dados, voltado à investigação criminal e à produção de conhecimento estratégico. A ferramenta deverá permitir a exploração gráfica e interativa de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados, oriundos de diversas fontes (inquéritos, planilhas, documentos, sistemas corporativos, redes sociais, entre outros), promovendo a identificação de padrões ocultos, vínculos, eventos recorrentes, fluxos financeiros e comportamentais, de forma rápida, visual e intuitiva.

2.5.2. Entre as principais funcionalidades esperadas, destacam-se: Modelagem de vínculos e relacionamentos entre pessoas, objetos, organizações, locais e eventos; Geração de linhas do tempo e mapas de eventos; Integração de dados heterogêneos; Extração de entidades e metadados automaticamente e Análise preditiva e georreferenciada.

2.5.3. Entre as principais funcionalidades esperadas, destacam-se:

2.5.3.1. Modelagem de vínculos e relacionamentos entre pessoas, objetos, organizações, locais e eventos;

2.5.3.2. Geração de linhas do tempo e mapas de eventos;

2.5.3.3. Integração de dados provenientes de múltiplas fontes heterogêneas;

2.5.3.4. Extração automática de entidades e metadados;

2.5.3.5. Recursos de análise preditiva e georreferenciada.

## 2.6. Licenças de Acesso ao i2 Web Client e Treinamentos.

2.6.1. Contratação de licenças de acesso ao i2 Web Client, incluindo suporte técnico do fabricante pelo mesmo período.

2.6.2. Realização de Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula, destinado à capacitação dos servidores na utilização das funcionalidades analíticas da ferramenta.

## 2.7. Treinamentos.

2.7.1. Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.

2.7.2. Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.

## 2.8. Metodologia de definição dos quantitativos.

2.8.1. Os quantitativos estimados foram definidos com base em levantamento técnico realizado junto às unidades demandantes da Secretaria da Segurança Pública, consolidado por meio das manifestações formais de interesse registradas no âmbito da Intenção de Registro de Preços (IRP nº 00021/2025), conforme documentos juntados aos autos.

2.8.2. A estimativa considerou o número de usuários operacionais, a necessidade de simultaneidade de acessos, a criticidade das atividades desempenhadas e a projeção de expansão da utilização das ferramentas, garantindo aderência à demanda real e mitigação de riscos de superdimensionamento ou subdimensionamento.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Serviço de Compras - SC	Gustavo Thomaz Cipriano

### 4. Necessidades de Negócio

4.1. Nos últimos anos, a criminalidade tem se tornado cada vez mais organizada, estruturada e sofisticada. Muitos grupos criminosos passaram a utilizar tecnologia, comunicação digital e redes internacionais para planejar e executar crimes. Ao mesmo tempo, a quantidade de dados disponíveis para investigação cresceu significativamente, incluindo informações provenientes de sistemas públicos, registros policiais, imagens de câmeras de segurança, redes sociais e outros meios digitais.

4.2. Esse novo cenário trouxe desafios relevantes para os órgãos de segurança pública. Embora exista uma grande quantidade de informações disponíveis, muitas vezes esses dados estão dispersos em diferentes sistemas, formatos e bases institucionais. Isso dificulta a análise rápida e eficiente das informações e pode comprometer a capacidade de identificar suspeitos, compreender conexões entre crimes e agir com rapidez nas investigações.

4.3. No âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, foram identificados alguns desafios operacionais que impactam diretamente a eficiência das atividades de investigação e produção de inteligência policial, dentre os quais se destacam:

4.3.1. Dificuldade na identificação de pessoas a partir de imagens de baixa qualidade, frequentemente obtidas por meio de câmeras de segurança, registros de redes sociais ou dispositivos de gravação com baixa resolução;

4.3.2. Ausência de ferramentas tecnológicas capazes de analisar automaticamente grandes volumes de dados, o que faz com que parte significativa das análises ainda seja realizada de forma manual, demandando mais tempo e aumentando o risco de erros;

4.3.3. Existência de diversas bases de dados e sistemas que não estão plenamente integrados entre si, dificultando a consolidação de informações investigativas e a identificação de relações entre pessoas, locais, eventos e outros elementos relevantes para as investigações;

4.3.4. Necessidade crescente de respostas rápidas e assertivas em situações de alta complexidade e urgência, como desaparecimento de pessoas, identificação de autores de crimes em flagrante, mapeamento de organizações criminosas, rastreamento de fluxos financeiros ilícitos, fraudes estruturadas e crimes cibernéticos.

4.4. Diante desse contexto, torna-se necessária a adoção de soluções tecnológicas que auxiliem os profissionais de segurança pública na análise de informações, na identificação de padrões e na produção de conhecimento investigativo de forma mais rápida, precisa e eficiente.

4.5. As soluções tecnológicas previstas nesta contratação têm como objetivo apoiar diretamente as atividades de investigação e inteligência policial por meio de recursos que permitam:

4.5.1. Identificar pessoas a partir de imagens por meio de tecnologia de reconhecimento facial, inclusive em situações nas quais as imagens possuam qualidade reduzida ou apresentem condições adversas, como baixa iluminação ou captura parcial do rosto;



4.5.2. Analisar grandes volumes de dados de forma estruturada, permitindo visualizar conexões entre pessoas, locais, eventos e organizações, facilitando a identificação de vínculos e relações que poderiam passar despercebidos em análises convencionais;

4.6. Reunir informações provenientes de diferentes sistemas e bases de dados em um único ambiente de análise, possibilitando uma visão mais completa e organizada dos elementos investigativos disponíveis;

4.7. Produzir relatórios e representações visuais que auxiliem na compreensão das informações investigadas, apoiando a tomada de decisão e a elaboração de produtos de inteligência policial.

4.7.1. Dificuldades na identificação de indivíduos a partir de imagens capturadas em diferentes contextos investigativos, muitas vezes obtidas com baixa qualidade, resolução limitada ou em condições adversas de iluminação e enquadramento;

4.7.2. Dependência de processos analíticos predominantemente manuais para cruzamento e correlação de dados provenientes de múltiplas fontes, o que demanda elevado esforço operacional e reduz a velocidade de resposta das investigações;

4.7.3. Dispersão de informações em diferentes sistemas e bases institucionais, dificultando a consolidação de análises integradas e a identificação de relações relevantes para o avanço de investigações criminais;

4.7.4. Necessidade de ampliar a capacidade de produção de inteligência investigativa orientada por evidências, especialmente em investigações envolvendo organizações criminosas, fraudes estruturadas, crimes cibernéticos, lavagem de dinheiro e desaparecimento de pessoas.

4.7.5. Diante dessas limitações, torna-se necessária a adoção de ferramentas tecnológicas especializadas capazes de apoiar as atividades investigativas por meio de mecanismos automatizados de análise de dados, reconhecimento de padrões e visualização estruturada de vínculos investigativos.

4.8. As soluções também deverão operar em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais, à transparência e ao uso responsável das informações públicas, observando integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e as normas internas da Administração Pública Estadual relacionadas à segurança da informação e ao tratamento de dados sensíveis.

4.9. Nesse contexto, o presente processo de contratação contempla três componentes principais:

4.9.1. Item 01: solução tecnológica de reconhecimento facial e inteligência investigativa, destinada à identificação de indivíduos a partir de imagens;

4.9.2. Item 02: software especializado para análise visual de dados e inteligência investigativa, destinado à análise de vínculos, relações e padrões entre diferentes informações investigativas + Treinamento.

4.9.3. Item 03: fornecimento de licenças de acesso ao software de análise investigativa, acompanhado de treinamento técnico especializado para capacitação dos servidores que utilizarão a ferramenta + Treinamento.

4.10. A disponibilização das licenças de software permitirá que diferentes unidades da Secretaria da Segurança Pública tenham acesso às ferramentas tecnológicas necessárias para apoiar suas atividades investigativas, garantindo maior integração entre equipes, padronização de procedimentos analíticos e ampliação da capacidade institucional de análise de dados.

4.11. Para assegurar o uso adequado das ferramentas e a plena utilização de suas funcionalidades, também será realizado treinamento técnico especializado, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula. O treinamento será ministrado por profissionais habilitados e abrangerá conteúdos práticos relacionados à utilização da solução, incluindo análise de dados, identificação de vínculos, organização de informações investigativas e elaboração de relatórios de inteligência.

4.12. A combinação entre a disponibilização das licenças de software e a capacitação técnica dos servidores permitirá que a Secretaria da Segurança Pública amplie significativamente sua capacidade de análise investigativa, promovendo maior eficiência no tratamento das informações e na condução das investigações.

4.13. A implementação dessas soluções tecnológicas deverá contribuir diretamente para:

4.13.1. Aumentar a capacidade de identificação de suspeitos e envolvidos em atividades criminosas;

4.13.2. Reduzir o tempo necessário para análise de informações relevantes às investigações;

4.13.3. Melhorar a identificação de conexões entre crimes, pessoas e organizações;

4.13.4. Fortalecer as ações de combate ao crime organizado;

4.13.5. Ampliar a eficiência das atividades de inteligência policial.

4.14. Dessa forma, a contratação proposta representa uma medida estratégica de modernização da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, contribuindo para a utilização mais eficiente das informações disponíveis, para o fortalecimento das investigações policiais e para o aumento da capacidade do Estado de proteger a população e preservar a ordem pública.

## **5. Necessidades Tecnológicas**

5.1. A contratação proposta decorre de demandas específicas por soluções tecnológicas avançadas e interoperáveis, capazes de apoiar a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, na superação de gargalos operacionais, investigativos e analíticos. Essas necessidades estão diretamente associadas ao atual contexto de transformação digital da segurança pública e se desdobram nos seguintes eixos estruturantes:

5.2. Processamento Automatizado de Imagens e Vídeos.

5.2.1. Há necessidade de uma solução baseada em inteligência artificial para reconhecimento facial, com comprovada acurácia, escalabilidade e resiliência, capaz de processar imagens e vídeos oriundos de fontes públicas, privadas e online, com ampla variabilidade de resolução e qualidade.

5.3. Requisitos técnicos mínimos:

5.3.1. Algoritmos de reconhecimento facial certificados, com desempenho validado por testes como o NIST-FRVT (Face Recognition Vendor Test);

5.3.2. Extração automática de quadros de vídeos e tratamento inteligente de imagens, compensando baixa resolução, iluminação inadequada e variações de ângulo;

5.3.3. Indexação massiva de bases públicas e privadas, com capacidade de ingestão e tratamento de bilhões de imagens faciais;

5.3.4. Respostas em tempo real ou quase real, com tempo de resposta de até 5 segundos por consulta padrão.

**5.4. Análise Visual, Relacional e Temporal de Dados Complexos.**

5.5. A crescente complexidade das investigações impõe o uso de soluções especializadas em análise visual e relacional (link analysis), que possibilitem a construção gráfica e interativa de vínculos e padrões de comportamento.

5.6. Funcionalidades essenciais:

5.6.1. Representação gráfica de relações entre pessoas, veículos, endereços, instituições financeiras, transações, eventos e documentos;

5.6.2. Exploração de redes com múltiplos níveis de relacionamento ("análise em profundidade N");

5.6.3. Detecção de padrões de atuação criminal, identificação de hubs de comando, intermediários, conexões ocultas e anomalias;

5.6.4. Construção de linhas do tempo interativas, com cruzamento temporal e georreferenciado de eventos, facilitando o entendimento da cronologia e da dinâmica dos fatos.

**5.7. Integração com Ecossistemas Tecnológicos Heterogêneos.**

5.7.1. As soluções a serem contratadas devem apresentar plena interoperabilidade com os sistemas já utilizados pela SSP-SP, respeitando os princípios da economicidade, segurança da informação e continuidade dos serviços públicos.

5.8. Características indispensáveis:

5.8.1. Disponibilidade de APIs documentadas, para integração com bases de dados legadas (ex.: boletins de ocorrência, sistemas de inteligência, mandados, etc.);

5.8.2. Capacidade de ingestão e correlação de dados estruturados (planilhas, bancos de dados) e não estruturados (PDFs, relatórios de inteligência, textos livres);

5.8.3. Operação em ambientes híbridos, com suporte a cloud computing, servidores locais (on-premises) e ambientes desconectados (isolados/offline), conforme o caso de uso.

## **5.9. Segurança da Informação e Governança de Dados.**

5.9.1. Diante do tratamento de dados sensíveis, incluindo dados pessoais e sigilosos, as soluções devem adotar elevados padrões de cibersegurança, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e normativos internacionais, como o GDPR.

### **5.10. Exigências mínimas:**

5.10.1. Autenticação multifator e controle granular de permissões e perfis de acesso; Criptografia de dados em repouso e em trânsito; Trilhas de auditoria completas, invioláveis e exportáveis e Políticas auditáveis de segurança da informação, com plano de resposta a incidentes.

## **5.11. Escalabilidade, Alta Disponibilidade e Desempenho.**

5.11.1. As soluções devem ser capazes de operar em regime contínuo (24/7), com desempenho compatível com o volume e a criticidade das operações da SSP-SP.

### **5.12. Especificações desejáveis:**

5.12.1. Arquitetura escalável e de alta disponibilidade (HA), preferencialmente no modelo SaaS; Suporte a múltiplos usuários simultâneos, com isolamento lógico entre ambientes e Processamento de dados em tempo real, com latência inferior a 5 segundos por consulta padrão.

## **5.13. Usabilidade e Aderência à Realidade Operacional.**

5.14. As ferramentas devem ser intuitivas e responsivas, permitindo o uso eficaz por servidores com diferentes níveis de proficiência tecnológica.

### **5.15. Critérios operacionais:**

5.15.1. Interfaces gráficas com recursos de drag-and-drop, filtros dinâmicos, zoom contextual e dashboards customizáveis; Mecanismos de inteligência assistida, sugestões automatizadas e pré-processamento de dados e Suporte multilíngue e fornecimento de treinamento operacional aos usuários.

## **5.16. Sustentação Técnica, Evolutiva e Suporte Continuado.**

5.17. É essencial que a contratação contemple suporte técnico especializado em português, com SLA adequado às exigências da segurança pública e canais de atendimento em horário estendido.

### **5.18. Requisitos contratuais:**

5.18.1. Atualizações corretivas, evolutivas e de segurança incluídas durante a vigência do contrato; Acesso a ambientes de homologação, simulação e treinamento;

5.18.2. Entrega de documentação técnica, manuais operacionais e base de conhecimento para autonomia da equipe.

5.19. A contratação das soluções (reconhecimento facial) e i2 Analysis Hub e Treinamento i2 Analysis Hub, juntamente com as licenças de acesso ao i2 Explorer Web e Treinamento i2 Analysis Studio, visam suprir um conjunto de requisitos críticos e integrados, cuja inexistência ou insuficiência compromete diretamente a efetividade da atuação da Secretaria da Segurança Pública em suas dimensões investigativas, preventivas e estratégicas.

5.20. Ambas as ferramentas foram objeto de análise técnica detalhada, conforme demonstrado nos respectivos Termos de Referência e Estudos Técnicos Preliminares, revelando-se plenamente aderentes às necessidades operacionais e normativas da Secretaria.

5.21. Trata-se, portanto, de uma contratação estratégica, justificada tecnicamente e alinhada ao interesse público, conforme os princípios da Administração Pública e os preceitos da Lei nº 14.133/2021.

5.22. Considerando a natureza da contratação, registra-se que o presente Estudo Técnico Preliminar contém exclusivamente informações de caráter técnico e administrativo, não contemplando, nesta fase, dados operacionais sensíveis ou estratégicos que demandem classificação formal de sigilo..

5.23. Eventuais informações sensíveis relacionadas a bases de dados, parâmetros operacionais ou estratégias de utilização das ferramentas serão tratadas em documentos próprios, com acesso restrito, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e com as normas de segurança da informação aplicáveis à Administração Pública.

## **6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC**

6.1. A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo busca a contratação a seguinte solução tecnológica, com foco no fortalecimento da capacidade de investigação e inteligência:

6.1.1. 40 (quarenta) licenças de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, fornecida no modelo SaaS (Software como Serviço).

6.1.2. 05 (cinco) licenças de uso do i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, e suporte técnico incluso pelo mesmo período e Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.

6.1.3. 50 (cinquenta) licenças de acesso ao i2 Explorer Web, incluindo suporte técnico pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.

6.2. Para assegurar o cumprimento integral do contrato e a eficácia das soluções, deverão ser aplicadas as seguintes garantias:

**6.2.1. Fornecimento contínuo de atualizações, patches de segurança e correção de bugs durante toda a vigência das licenças.**

6.2.2. Suporte técnico especializado, com SLA definido: crítico até 4 horas, alto até 8 horas, médio até 24 horas, baixo até 72 horas.

6.2.3. Garantia de compatibilidade e interoperabilidade com os ambientes especificados (Windows, Web e servidores da SSP-SP).

6.2.4. Treinamento certificado aplicável exclusivamente aos Itens 02 e 03: realização de treinamento técnico especializado, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula por turma, destinado à capacitação dos usuários das soluções contratadas, abrangendo conteúdos práticos relacionados à análise de dados, identificação de vínculos, utilização das ferramentas e produção de relatórios de inteligência.

6.2.5. Suporte pós-treinamento aplicável exclusivamente aos Itens 02 e 03: disponibilidade de consultoria e orientação técnica por até 90 dias após a conclusão do treinamento.

6.2.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

6.2.6.1. A contratação caracteriza-se juridicamente como serviço, por envolver o licenciamento de uso de software associado a obrigações de fazer, tais como suporte técnico, atualizações, manutenção evolutiva e treinamento, nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6.2. A solução contempla a contratação de licenças de uso de software de reconhecimento facial, ferramentas de análise visual e inteligência investigativa (i2), bem como serviços correlatos de capacitação e treinamento técnico dos usuários.

6.2.6.3. Os serviços enquadram-se como comuns, uma vez que apresentam especificações usuais de mercado, com padrões de desempenho objetivamente definidos e mensuráveis, possibilitando a comparação entre propostas com base em critérios técnicos e de preço previamente estabelecidos, sem a necessidade de desenvolvimento sob medida ou customizações complexas. Tal classificação viabiliza a adoção de procedimento competitivo mais célere, transparente e aderente aos princípios da eficiência e da economicidade no âmbito da Administração Pública.

6.3. A solução proposta para a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo constitui um conjunto integrado de soluções tecnológicas de inteligência investigativa, baseado em tecnologias de reconhecimento facial, análise visual de dados e gestão colaborativa de investigações.

6.4. Seu ciclo de vida pode ser descrito em quatro grandes fases:

6.4.1. Implantação, Operação, Manutenção Evolutiva e Descontinuidade/Renovação.

6.4.1.1. Implantação.

6.4.1.1.1. Aquisição e disponibilização de licenças no modelo SaaS em nuvem e on-premises controlado (i2 Analysis Hub, i2 Explore Web, i2 Analysis Studio), garantindo segurança, alta disponibilidade e escalabilidade.

6.4.1.1.2. Entrega técnica em até 60 dias da assinatura, com instalação, configuração, ativação e homologação dos sistemas.

6.4.1.1.3. Treinamentos oficiais e especializados para analistas da SSP-SP (mínimo de 20h para i2 Analysis Hub e 20h para i2 Analysis Studio), assegurando a correta adoção das ferramentas.

6.4.1.1.4. Fornecimento de material didático digital e impresso, aliado a sessões práticas de uso orientado.

#### 6.4.2.1. Operação.

6.4.2.1.1. Reconhecimento facial avançado, com acurácia  $\geq 99\%$ , em bases públicas ( $\geq 35$  bilhões de imagens), inclusive redes sociais e portais governamentais, para identificação de suspeitos, desaparecidos e apoio a inteligência cibernética.

6.4.2.1.2. Análise visual de vínculos (i2) com representação gráfica de redes criminosas, padrões comportamentais, eventos temporais e georreferenciamento, apoiando investigações complexas.

6.4.2.1.3. Gestão colaborativa via i2 Explore Web, permitindo que equipes trabalhem simultaneamente de forma segura, com controle de permissões e auditoria.

6.4.2.1.4. Relatórios analíticos e dashboards, que consolidam evidências visuais e temporais, orientando decisões estratégicas.

#### 6.4.3.1. Manutenção e Evolução.

6.4.3.1.1. Suporte técnico especializado, em português, com SLA  $\geq 90\%$ , atendimento 8x5 e até 24x7 (i2), incluindo help desk, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva.

6.4.3.1.2. Atualizações regulares de software, garantindo aderência às normas de segurança (LGPD, GDPR), além de melhorias contínuas em funcionalidades.

6.4.3.1.3. Monitoramento de desempenho e auditoria, assegurando rastreabilidade, integridade dos dados e mitigação de riscos (ex.: falsos positivos, vazamento de dados).

6.4.3.1.4. Capacitação contínua, com reciclagens e conteúdos de atualização para novos recursos da solução.

#### 6.4.4.1. Descontinuidade ou Renovação

6.4.4.1.1. Ao término da vigência do contrato, será avaliada a continuidade contratual, com base no desempenho obtido, aderência às necessidades institucionais e evolução tecnológica.

6.4.4.1.2. Estão previstos mecanismos de transferência tecnológica e continuidade de serviço, reduzindo riscos de dependência de fornecedor único.

6.4.4.1.3. A decisão de renovação ou substituição da solução será amparada por relatórios de desempenho, indicadores de produtividade e ganhos obtidos.

6.5. No conjunto, a solução cobre todo o ciclo de inteligência: da coleta automatizada de dados abertos, passando pela identificação precisa de indivíduos, até a análise avançada de vínculos e padrões, integrando múltiplos módulos (Reconhecimento Facial + i2 Hub /Explore/Studio).

6.6. Essa plataforma integrada garante:

6.6.1. Modernização da capacidade investigativa da SSP-SP;

6.6.2. Integração entre áreas de inteligência em ambiente seguro;

6.6.3. Governança da informação e conformidade legal;

6.6.4. Sustentabilidade tecnológica por meio de suporte, treinamentos e atualizações contínuas.

6.7. O ciclo do serviço abrange as seguintes etapas:

6.7.1. Planejamento e implantação: engloba a disponibilização dos softwares, instalação, configuração inicial, integração com bases de dados e sistemas institucionais, bem como a realização de testes de funcionamento e de conformidade técnica.

6.7.2. Capacitação e operação: envolve a realização dos treinamentos técnicos especializados previstos para os Itens 02 e 03, visando assegurar que os servidores públicos e operadores desenvolvam proficiência no uso das ferramentas, garantindo eficiência nas análises e investigações.

6.7.3. Manutenção e suporte contínuo: compreende atualizações de versão, correções de vulnerabilidades, suporte técnico especializado e eventuais ajustes para compatibilidade com a infraestrutura tecnológica da Secretaria da Segurança Pública.

6.7.4. Gestão e monitoramento de desempenho: inclui o acompanhamento dos indicadores de uso, desempenho e resultados alcançados, permitindo o aprimoramento contínuo da solução e a verificação da efetividade do investimento público.

6.7.5. Desativação ou substituição futura: ao término da vigência contratual, a solução deverá permitir a exportação dos dados e a preservação das informações de interesse institucional, assegurando a continuidade administrativa e a integridade das evidências produzidas.

6.7.6 Dessa forma, a contratação foi estruturada de modo a abranger todas as fases do ciclo de vida do objeto, garantindo sustentabilidade técnica, segurança da informação, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos, alinhando-se às boas práticas de gestão de TIC e às diretrizes de planejamento e governança tecnológica da Administração Estadual.

6.8. Considerando a natureza da presente contratação, voltada à Contratação de licenças de uso de software de reconhecimento facial, ferramentas de análise visual e inteligência investigativa (i2), bem como serviços especializados de treinamento e suporte técnico, verifica-se que não há entrega de bens físicos ou execução de obras e serviços de engenharia que demandem salvaguarda patrimonial da Administração.

6.8.1. O objeto contratado consiste essencialmente em serviços digitais e cessão de direitos de uso de sistemas, cujo desempenho é aferido por critérios objetivos de funcionalidade, disponibilidade e suporte, já previstos no contrato e passíveis de controle mediante acompanhamento técnico e aplicação de penalidades contratuais em caso de descumprimento.

6.8.2. Além disso, o risco de inadimplemento material é considerado baixo, uma vez que os fornecedores dessas soluções geralmente são empresas consolidadas no mercado de tecnologia e que operam sob padrões técnicos e contratuais amplamente reconhecidos. A adoção de garantias financeiras, portanto, não traria benefício proporcional à natureza e ao risco do contrato, podendo inclusive onerar desnecessariamente a proposta, em prejuízo da economicidade.

6.8.3. Dessa forma, a não exigência de garantia contratual se mostra adequada, proporcional e alinhada ao princípio da economicidade, assegurando a proteção do interesse público por meio de cláusulas contratuais de desempenho, suporte e responsabilização técnica, sem impor ônus desnecessários à Administração ou aos licitantes.

## **6.9. Prazo de entrega e início dos treinamentos.**

6.9.1. O prazo de entrega do objeto contratado será de até 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato, período no qual a Contratada deverá providenciar todos os acessos, licenças, credenciais, configurações, integrações, treinamentos iniciais e demais meios necessários à plena implementação da solução.

## **6.10. Vigência.**

6.10.1. O contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

# **7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços**

7.1. A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, considerando as necessidades institucionais identificadas no diagnóstico situacional e as demandas operacionais crescentes no enfrentamento da criminalidade organizada e de alta complexidade, estima os seguintes quantitativos de bens e serviços a serem contratados:

7.1.1. Item 01 – Contratação de 40 (quarenta) licenças de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, disponibilizadas no modelo SaaS (Software as a Service – Software como Serviço).

7.1.2. Item 02 – Contratação de 05 (cinco) licenças de uso do software i2 Analysis Hub, na modalidade de usuário concorrente, incluindo suporte técnico pelo mesmo período, bem como treinamento correspondente, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula.

7.1.3. Item 03 – Contratação de 50 (cinquenta) licenças de acesso ao i2 Explorer Web, , incluindo suporte técnico pelo mesmo período, bem como treinamento no i2 Analysis Studio, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula.

7.2. Os quantitativos estimados foram definidos com base:

- 7.2.1. Nas manifestações de interesse formalizadas no âmbito da IRP;
  - 7.2.2. Na projeção de atendimento das unidades participantes da Secretaria da Segurança Pública;
  - 7.2.3. Na avaliação da demanda operacional histórica e prospectiva das atividades de inteligência investigativa.
- 7.3. A memória de cálculo encontra-se detalhada no Anexo X, considerando a expectativa anual de uso, a escalabilidade da solução e o potencial de economia de escala.
- 7.4. Ressalta-se que os quantitativos acima foram atualizados em razão da manifestação de interesse de novos órgãos e unidades participantes no âmbito da futura contratação, circunstância que demandou a revisão da estimativa inicialmente projetada, de modo a refletir a demanda consolidada e garantir a adequada capacidade de atendimento da solução tecnológica.
- 7.5. A estimativa foi dimensionada de forma a assegurar:
- 7.5.1. disponibilidade tecnológica contínua para os núcleos de investigação e inteligência da Secretaria;
  - 7.5.2. racionalização do investimento público, evitando subutilização de recursos;
  - 7.5.3. garantia de autonomia técnica dos servidores, por meio de capacitação formal e direcionada;
  - 7.5.4. sustentabilidade da solução, com foco na efetividade e na integração interinstitucional.

8. Levantamento de soluções

- 8.1. Realizou-se uma pesquisa abrangente dos softwares atualmente disponíveis no mercado, acompanhada da devida análise comparativa entre as alternativas identificadas, considerando aspectos técnicos, funcionais e de aderência às necessidades institucionais.
- 8.2. Item 01: Solução Tecnológica de Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa.
- 8.2.1. Alternativas Identificadas no mercado.
    - 8.2.1.1. Software Público Brasileiro.
      - 8.2.1.1.1. Consiste na utilização de soluções de reconhecimento facial e inteligência investigativa disponibilizadas sob licenças públicas, geralmente desenvolvidas e mantidas por órgãos governamentais, universidades ou comunidades de software livre.
    - 8.2.1.2. Desenvolvimento Interno.
      - 8.2.1.2.1. Refere-se à possibilidade de desenvolvimento de solução própria, conduzida por equipe técnica da Administração ou em parceria com empresas públicas de tecnologia, visando atender às especificidades institucionais.
    - 8.2.1.3. Solução de mercado.
      - 8.2.1.3.1. Trata-se de uma solução tecnológica de reconhecimento facial e análise investigativa baseada em inteligência artificial, concebida para atuação em larga escala e já consolidada no apoio a atividades de segurança pública e investigação em diferentes contextos nacionais e internacionais. A plataforma opera com bancos de imagens de acesso público, além de permitir integração a bases de dados governamentais e institucionais, ampliando significativamente a capacidade de identificação e correlação de informações. Seus algoritmos avançados garantem elevado índice de precisão na identificação automatizada de indivíduos, possibilitando a geração de alertas, o cruzamento inteligente de dados e a visualização analítica em tempo real. A adoção desse tipo de solução atende plenamente às exigências desta contratação, uma vez que proporciona recursos modernos, confiáveis e compatíveis com as melhores práticas internacionais de investigação e inteligência, fortalecendo a capacidade operacional dos órgãos públicos na prevenção e repressão a ilícitos.
- 8.3. Item 02: Solução Tecnológica de Software para Análise Visual e Inteligência Investigativa.

Solução	Descrição



i2 Analyst's Hub	É um software amplamente utilizado para análise visual e inteligência investigativa. Desenvolvido pela IBM (e atualmente mantido por outras entidades especializadas), o sistema permite o mapeamento de conexões complexas por meio de gráficos de vínculos entre pessoas, organizações, locais, objetos e eventos. Sua funcionalidade é especialmente útil em investigações de crimes como lavagem de dinheiro, fraudes, corrupção, tráfico de drogas e terrorismo. É uma versão aprimorada do i2 Analyst's Hub integrando funcionalidades do i2 Enterprise Insight Analysis (EIA). Oferece uma experiência mais ampla e colaborativa, com maior capacidade de ingestão e análise de dados em tempo real e integração nativa com outras plataformas de análise.
Caseboard	É uma solução brasileira de software voltada à análise investigativa, que oferece recursos de visualização de vínculos, cruzamento de dados e colaboração entre usuários. Desenvolvido para atender órgãos públicos de segurança, tem como destaque sua adaptação ao ambiente normativo e institucional brasileiro.
Palantir Gotham	É uma das plataformas mais avançadas do mundo para inteligência investigativa e integração de dados. Utilizado por agências governamentais e de segurança nos Estados Unidos e em outros países, o sistema permite a consolidação, visualização e análise de grandes volumes de dados heterogêneos, estruturados e não estruturados.
Sentinel Visualizer	É uma solução voltada à análise de vínculos, inteligência investigativa e exploração visual de dados. Desenvolvido pela FMS Advanced Systems, é utilizado por agências de aplicação da lei, defesa e instituições de inteligência.
Visallo	É uma plataforma open source comercializada como solução de análise investigativa e análise de dados com forte ênfase em usabilidade e extensibilidade. A ferramenta permite análise visual, geográfica, temporal e semântica, sendo adaptável a diferentes domínios investigativos.

8.4. Foi avaliada a possibilidade de atendimento da demanda por meio da PRODESP. Contudo, constatou-se que, no momento, não há solução tecnológica disponível que atenda integralmente aos requisitos de reconhecimento facial em larga escala, integração investigativa avançada e análise visual de vínculos complexos exigidos para o atendimento das necessidades operacionais da SSP, especialmente quanto à capacidade de processamento em larga escala, acurácia em reconhecimento facial e integração nativa com ferramentas de análise investigativa avançada.

8.5. Assim, a alternativa não se mostrou tecnicamente adequada nem economicamente vantajosa para a contratação pretendida.

## 9. Análise comparativa de soluções

9.1. Item 1: Solução Tecnológica de Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa.

9.1.1. Levantamento das opções de mercado:

Solução	Avaliação Técnica	Justificativa
Software Público Brasileiro	Inviável	Não atende aos requisitos técnicos mínimos.
Desenvolvimento Interno	Inviável	Alta complexidade, custo elevado e ausência de prazo adequado.
Solução de Mercado	Viável	Atende integralmente aos requisitos técnicos, funcionais e legais.

9.1.3. Diante do levantamento realizado, verificou-se que a melhor solução para o (Item 01) é o software de mercado AI, por se tratar da única alternativa plenamente aderente aos requisitos institucionais, tanto sob os aspectos técnicos. A análise demonstrou que o desempenho da solução atende integralmente às demandas da Secretaria, não sendo identificadas outras opções com igual nível de conformidade e efetividade.

9.2. Item 02: Solução Tecnológica de Software para Análise Visual e Inteligência Investigativa.

9.2.1. Levantamento das opções de mercado:

Solução	Avaliação Técnica	Justificativa
---------	-------------------	---------------

Caseboard	Viável	Gratuito, desenvolvido no Brasil e com funcionalidades adequadas às necessidades locais.
Palantir Gotham	Inviável	Custo elevado, complexidade desnecessária e dependência contratual internacional.
Sentinel Visualizer	Inviável	Funcionalidades limitadas e baixa integração com ecossistemas de segurança.
i2 Analyst's Notebook Hub	Viável	Versão avançada, recomendada para operações mais complexas com big data e tempo real. Solução consolidada, amplamente utilizada por forças de segurança, ideal para análise de grandes volumes de dados.
Visallo	Inviável	Inovador, porém com baixa adoção nacional e integração limitada com bases de dados locais.

#### 9.2.2. Análise Comparativa:

<b>Critério</b>	<b>i2 Analyst's Hub</b>	<b>Caseboard</b>
Origem e Fabricante	Internacional (IBM i2 – origem britânica, atualmente sob IBM EUA)	Nacional (software brasileiro, desenvolvido com foco no setor público)
Foco funcional	Análise visual de vínculos e inteligência investigativa tática e estratégica	Análise de dados estruturados, correlação automatizada e gestão de dossiês investigativos
Arquitetura	Software desktop (offline ou em rede), com instalação local	Plataforma web (online, SaaS ou on-premises)
Interface e usabilidade	Visual clássico, com alta densidade informacional e bibliotecas gráficas padronizadas para inteligência	Interface moderna, web responsiva, com dashboards e filtros visuais intuitivos
Capacidades de análise de vínculos	Altamente desenvolvidas, com edição manual e semiautomática de grafos complexos	Geração automática de mapas de relacionamento com opções limitadas de edição
Análise temporal e de eventos	Linha do tempo detalhada, com múltiplas camadas, zoom temporal e vinculação com objetos gráficos	Linha do tempo funcional, com foco em ordenamento de eventos simples
Integração com outras ferramentas	Integração com outras soluções IBM (ex.: i2 Enterprise Insight, SPSS, QRadar), via extensões	Integração com bases públicas e sistemas próprios, via APIs
Gestão de casos	Funcionalidades limitadas; foco é na visualização e análise	Gestão completa de casos, documentos, hipóteses e trilhas de auditoria
Escalabilidade e interoperabilidade	Escalável via redes e ambientes controlados, com segurança reforçada	Altamente escalável e colaborativo, especialmente em ambientes com múltiplos usuários simultâneos

Requisitos técnicos	Estação de trabalho robusta, com instalação local e configuração de rede	Navegador web, conexão estável e ambiente seguro
Maturidade da tecnologia	Tecnologia consolidada há décadas, usada globalmente por órgãos de inteligência e defesa	Solução emergente, com bom nível de adoção nacional e constante evolução funcional
Segurança da informação	Opera em ambiente isolado (air gap), com maior controle sobre dados sensíveis	Opera em ambiente web, exige cuidados adicionais com infraestrutura e governança de dados
Ponto forte	Profundidade analítica e precisão nos vínculos; uso em missões críticas e de alta complexidade	Interface acessível e colaboração; foco em cruzamentos automatizados e dashboards investigativos
Ponto fraco	Requer treinamento técnico especializado e maior tempo de maturação para uso pleno	Menor liberdade na edição dos vínculos; limitada capacidade gráfica em relação a representações complexas

9.2.3. Diante do levantamento realizado, verificou-se que a melhor solução para o (Item 02) é o software i2 Analyst's Hub, tendo em vista que, após análise comparativa, demonstrou possuir elevada maturidade tecnológica, com funcionalidades expandidas e avançadas. Trata-se da solução mais robusta e adequada para aplicação em ambientes investigativos complexos, atendendo com excelência às exigências operacionais da área de inteligência.

9.2.4. Adicionalmente, a contratação contempla treinamento especializado na solução i2 Analyst's Notebook Hub, destinado à capacitação dos usuários na utilização das funcionalidades analíticas avançadas da plataforma, especialmente no que se refere à análise visual de vínculos, exploração de relacionamentos complexos, análise temporal de eventos e identificação de padrões investigativos em grandes volumes de dados.

9.2.5. O treinamento tem como objetivo assegurar a correta utilização dos recursos da solução, promovendo maior eficiência na produção de conhecimento de inteligência, bem como o adequado aproveitamento das capacidades analíticas disponibilizadas pela ferramenta no contexto das atividades institucionais.

9.3. Item 03: Licenças de acesso ao i2 Explore Web, incluindo suporte técnico do fabricante pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.

9.3.1. Levantamento das opções de mercado:

Solução	Avaliação Técnica	Justificativa
Desenvolvimento Interno	Inviável	Elevada complexidade técnica, necessidade de equipe especializada e prazo incompatível com a demanda institucional.
Ferramentas genéricas de BI (ex.: Microsoft Power BI)	Inviável	Voltadas à análise estatística e dashboards, sem recursos adequados para análise investigativa e exploração de vínculos complexos.
Solução de mercado especializada (ex.: IBM i2 Explore Web)	Viável	Solução consolidada para exploração visual de relacionamentos, análise investigativa e compartilhamento de análises em ambiente web.

9.3.2. Análise Comparativa:

Critério	i2 Explore Web	Ferramentas de BI tradicionais
Finalidade	Análise investigativa e exploração de vínculos	Visualização de dados e dashboards

Ambiente de operação	Plataforma web integrada ao ecossistema i2	Ambiente analítico corporativo
Análise de relacionamentos	Nativa, voltada à inteligência investigativa	Limitada ou inexistente
Compartilhamento de análises	Colaborativo entre usuários autorizados	Compartilhamento de relatórios
Integração com soluções investigativas	Integração direta com o ecossistema i2	Integrações genéricas via conectores

9.3.3. Diante do levantamento realizado, verificou-se que a melhor solução para o Item 03 consiste na contratação de licenças do i2 Explore Web, considerando que se trata de ferramenta especializada para exploração e compartilhamento de análises investigativas em ambiente web, plenamente integrada ao ecossistema analítico IBM i2 Analyst's Notebook.

9.3.4. A análise demonstrou que a solução apresenta aderência aos requisitos técnicos e operacionais da área de inteligência, proporcionando maior capacidade de exploração de relacionamentos, colaboração entre analistas e eficiência no tratamento de dados investigativos.

9.3.5. Adicionalmente, a contratação contempla treinamento especializado em i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula, destinado à capacitação dos usuários na utilização adequada das funcionalidades analíticas da plataforma.

## 10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Durante a fase de análise das alternativas tecnológicas disponíveis no mercado para atender às necessidades da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, foram identificadas soluções que, embora disponíveis comercialmente, não atendem de forma suficiente, segura ou eficaz aos requisitos técnicos e estratégicos da contratação pretendida. Essas soluções foram, portanto, consideradas inviáveis para o atendimento da demanda institucional, conforme detalhamento a seguir:

10.2. Item 1: Solução Tecnológica de Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa.

Solução	Status	Justificativa Detalhada
Software Público Brasileiro	Inviável	Não atende aos requisitos técnicos mínimos. Possui limitações estruturais em algoritmos de reconhecimento facial, baixa acurácia, ausência de suporte técnico contínuo e pouca escalabilidade. Não é capaz de operar em ambientes de alta demanda e não integra com plataformas de uso institucional.
Desenvolvimento Interno	Inviável	Exige alto investimento em tempo, equipe técnica especializada e infraestrutura, o que compromete a viabilidade no curto e médio prazo. Apresenta elevado risco de descontinuidade, dificuldade de manutenção evolutiva e ausência de homologação legal específica.

10.3. Item 02: Solução Tecnológica de Software para Análise Visual e Inteligência Investigativa.

Solução	Status	Justificativa Detalhada
Caseboard	Inviável (para escolha)	Embora tecnicamente viável e com funcionalidades aderentes às necessidades básicas de análise visual, o Caseboard apresenta limitações significativas quando comparado ao i2 Analyst's Hub. Sua estrutura é menos robusta, com restrições no tratamento de grandes volumes de dados, análise em tempo real, interoperabilidade com big data e ausência de suporte técnico dedicado. Portanto, apesar de ser funcional e gratuito, não atende de forma plena às necessidades operacionais complexas da Secretaria.

Palantir Gotham	Inviável	Solução extremamente robusta e internacionalizada, porém com custo elevado, complexidade desnecessária para o escopo pretendido e dependência contratual internacional. Tais fatores implicam riscos à continuidade operacional e à soberania de dados.
Sentinel Visualizer	Inviável	Possui funcionalidades limitadas para análise investigativa, reduzida interoperabilidade com bancos de dados utilizados por forças de segurança pública e baixa escalabilidade. Apresenta uma arquitetura ultrapassada para contextos investigativos modernos.
Visallo	Inviável	Embora inovador, o Visallo ainda possui baixa adoção nacional, o que compromete o suporte técnico, integração com bases de dados locais e aderência à legislação brasileira. Sua maturidade tecnológica no Brasil é insuficiente para adoção institucional ampla.

#### 10.4. Item 03: Contratação de Licenças de Acesso ao i2 Web Client com Suporte Técnico, Treinamento em i2 Analysis Studio e Treinamento em i2 Analysis Hub.

10.4.1. Licença de acesso ao i2 Web Client, e suporte técnico incluso pelo mesmo período; Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula; e Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.

10.4.2. No processo de análise de alternativas de atendimento da demanda, foram identificadas algumas soluções que, embora existentes no mercado, mostraram-se inviáveis para atender às necessidades da Administração. As principais razões para sua exclusão estão descritas a seguir:

##### 10.4.2.1. Utilização de softwares livres ou plataformas genéricas de Business Intelligence (BI):

10.4.2.1.1. Embora ferramentas de BI, como Power BI, Tableau ou soluções de código aberto, ofereçam recursos de análise e visualização de dados, não possuem funcionalidades específicas de análise de vínculos, correlação temporal, espacial e de relacionamento em redes criminais, que são características essenciais do i2.

10.4.3. A ausência de módulos nativos para integração com o i2 Analysis Hub comprometeria a interoperabilidade com as soluções já em uso e inviabilizaria a continuidade das análises investigativas.

10.4.4. Demandaria custos adicionais de customização e integração, tornando a solução economicamente desvantajosa e tecnicamente arriscada.

##### 10.4.5. Contratação apenas da licença do i2 Analysis Hub, sem o módulo Web Client:

10.4.5.1. Esta opção foi considerada, mas inviabilizada, pois o acesso remoto e colaborativo por meio do i2 Web Client é requisito funcional indispensável para o uso compartilhado e simultâneo entre analistas de diferentes unidades da SSP/SP.

10.4.6. A ausência do Web Client limitaria o uso da ferramenta, reduzindo a efetividade da contratação e restringindo os ganhos de produtividade e integração.

##### 10.4.7. Treinamentos substituídos por capacitação interna ou autodidata:

10.4.7.1. A substituição dos treinamentos oficiais do fabricante por treinamentos internos, materiais de apoio ou cursos de terceiros mostrou-se inviável, visto que a operação do i2 Analysis Studio e do i2 Analysis Hub requer conhecimento técnico especializado, metodologias específicas e capacitação homologada pelo desenvolvedor.

10.4.8. A ausência de capacitação formal comprometeria a utilização plena das funcionalidades contratadas, aumentaria o risco de erros de operação e reduziria o retorno sobre o investimento.

##### 10.4.9. Licenciamento perpétuo sem suporte técnico incluso:

10.4.9.1. A alternativa de adquirir licenças perpétuas foi analisada, porém descartada, pois não contempla suporte contínuo, atualizações e correções de segurança, fundamentais para a manutenção da estabilidade e confiabilidade da solução.

10.4.10. A adoção desta modalidade acarretaria riscos de desatualização tecnológica e insegurança cibernética, além de contrariar a prática recomendada de adoção de modelo SaaS/assinatura anual, já consolidada no mercado.

10.5. As soluções acima foram avaliadas e consideradas tecnicamente ou economicamente inviáveis por não atenderem integralmente aos requisitos de interoperabilidade, suporte, segurança, escalabilidade e efetividade operacional demandados pela Secretaria da

Segurança Pública. Dessa forma, manteve-se a necessidade da contratação da licença do i2 Web Client com suporte técnico incluso e a realização dos treinamentos oficiais i2 Analysis Studio e i2 Analysis Hub, ambos com carga horária de 20 horas/aula, como a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração.

## **11. Análise comparativa de custos (TCO)**

**11.1.** A presente análise comparativa de custos foi elaborada para compor o Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o objetivo de avaliar, de forma abrangente, o Custo Total de Propriedade (TCO) das soluções em análise. Essa avaliação não se restringe ao valor de aquisição ou licenciamento, mas abrange todo o ciclo de vida tecnológico, incluindo implantação, integração com os sistemas da Secretaria da Segurança Pública, treinamento inicial e continuado, suporte técnico, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, atualização de versões, possibilidade de expansão (escalabilidade), além de custos indiretos decorrentes de riscos de retrabalho, ineficiências operacionais ou dependência de fornecedores específicos.

**11.2.** Com base em cotações de mercado, o Item 01, referente à Solução de Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa, apresenta valor estimado compatível com soluções de tecnologia internacional, destacando-se pela ampla base de imagens disponível no setor (superior a 35 bilhões), acurácia igual ou superior a 99% e conformidade plena com os marcos regulatórios de proteção de dados, tanto no âmbito nacional (LGPD) quanto internacional (GDPR). Essas características conferem maior segurança jurídica e operacional ao uso da ferramenta, bem como eficácia superior na identificação de indivíduos, justificando o investimento diante da relevância estratégica da segurança pública.

**11.3.** O Item 02 corresponde à solução de Análise Visual e Inteligência Investigativa i2 Analyst's Hub, acrescida de treinamento especializado. Trata-se de plataforma consolidada e amplamente reconhecida por sua robustez, estando em uso por organizações internacionais de referência, como FBI, Europol e Interpol. Sua adoção garante alto grau de confiabilidade, interoperabilidade e padronização das análises investigativas, reforçando a relação custo-benefício ao ampliar a capacidade de integração e cruzamento de informações estratégicas.

**11.4.** O Item 03 contempla as licenças de acesso ao i2 Explore Web, associadas a treinamento especializado com instrutores certificados. Este item amplia a capacidade investigativa de forma colaborativa, permitindo acessos simultâneos à plataforma e otimizando a análise em tempo real. O investimento em capacitação é essencial para assegurar a plena utilização das funcionalidades, reduzir riscos de subutilização e garantir a qualificação técnica dos usuários, promovendo maior eficiência operacional.

**11.5.** A consolidação dos três itens resulta em um custo global estimado compatível com soluções tecnológicas de alta complexidade e criticidade. Considerando a totalidade do ciclo de vida das soluções, incluindo suporte, manutenção, atualizações, integração contínua e escalabilidade, o Custo Total de Propriedade reflete não apenas os dispêndios diretos, mas também os custos indiretos associados à operação e sustentação das plataformas.

**11.6.** O investimento se justifica pelo elevado retorno em eficiência investigativa, padronização operacional, segurança jurídica e mitigação de riscos estratégicos. As soluções selecionadas permitem redução significativa de retrabalho e de falhas, otimização do tempo de análise e integração eficiente de informações, proporcionando ganhos operacionais e estratégicos que superam o custo financeiro inicial. Dessa forma, o TCO apresentado reflete não apenas o valor monetário, mas também o retorno tangível em capacidade investigativa, agilidade, confiabilidade e segurança institucional, consolidando-se como um investimento coerente e necessário para a modernização tecnológica da Secretaria da Segurança Pública.

## **12. Descrição da solução de TIC a ser contratada**

**12.1.** Item 01: Plataforma de Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa.

12.1.1. A solução deverá consistir em plataforma tecnológica baseada em inteligência artificial para identificação biométrica facial, destinada ao apoio a atividades investigativas, análise de evidências visuais e identificação de indivíduos a partir de imagens ou vídeos.

12.1.2. A solução deverá ser fornecida preferencialmente em modelo SaaS (Software as a Service), hospedada em infraestrutura segura, permitindo acesso controlado por usuários autorizados.

**12.2.** Mecanismo de Reconhecimento Facial.

12.2.1. A solução deverá possuir mecanismo automatizado de reconhecimento facial com as seguintes características mínimas: algoritmo de identificação biométrica facial baseado em redes neurais profundas (Deep Learning) ou tecnologia equivalente.

12.2.2. capacidade de realizar comparações biométricas em modo:

12.2.2.1. (verificação) N (identificação em bases massivas); taxa de precisão igual ou superior a 99% em cenários controlados, comprovada por avaliações independentes reconhecidas internacionalmente (ex.: testes conduzidos por organismos de avaliação biométrica ou laboratórios independentes).

12.2.2.2. capacidade de identificação facial mesmo em condições adversas, incluindo: baixa resolução de imagem; variações de iluminação; inclinação ou rotação da face; oclusão parcial do rosto e ranqueamento de resultados por grau de similaridade biométrica.

### 12.3. Base de Dados de Pesquisa.

12.3.1. A solução deverá permitir pesquisa em base de dados massiva de imagens faciais indexadas, observando os seguintes requisitos:

12.3.1.1. base contendo no mínimo 30 bilhões de imagens faciais indexadas; capacidade de expansão contínua da base de dados; origem das imagens proveniente exclusivamente de fontes públicas disponíveis na internet, respeitando a legislação aplicável e indexação automatizada das imagens com geração de vetores biométricos faciais.

12.4. O sistema deverá permitir a apresentação de resultados contendo, sempre que possível: imagem correspondente; nível de similaridade biométrica e referência da fonte pública da imagem.

### 12.5. Processamento Inteligente de Imagens.

12.5.1. A solução deverá possuir ferramentas automatizadas de processamento de imagens para melhorar a qualidade das evidências analisadas.

12.5.2. Entre os recursos mínimos exigidos: extração automática de quadros de arquivos de vídeo; detecção automática de faces em imagens e vídeos; recorte facial automático; normalização biométrica da face (face alignment); correção automática de iluminação e contraste e ajuste de orientação da face para padronização do ângulo de análise.

### 12.6. Interface Operacional.

12.6.1. A solução deverá possuir interface gráfica intuitiva, preferencialmente em idioma português, contendo no mínimo: painel de busca biométrica; histórico de consultas realizadas; gerenciamento de usuários e perfis de acesso;

12.6.2. criação de galerias investigativas personalizadas, como: pessoas procuradas; indivíduos desaparecidos; pessoas de interesse investigativo; geração de relatórios técnicos das consultas realizadas; registro completo de trilhas de auditoria (audit trail).

### 12.7. Integração com Sistemas Institucionais.

12.7.1. A solução deverá possuir arquitetura que permita integração com sistemas institucionais existentes.

12.7.2. Requisitos mínimos: disponibilização de API para integração de dados; suporte a formatos padrão de integração de dados e possibilidade de integração com bases de dados institucionais ou sistemas investigativos existentes.

### 12.8. Segurança da Informação.

12.8.1. A solução deverá atender aos seguintes requisitos mínimos de segurança: autenticação de usuários com duplo fator de autenticação (2FA); criptografia de dados em trânsito e em repouso; controle granular de acesso baseado em perfis e registro de logs de auditoria de todas as operações realizadas.

12.8.2. A solução deverá observar requisitos de conformidade com: Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709 /2018) e normas internacionais de proteção de dados quando aplicáveis.

### 12.9 Capacitação e Suporte Técnico.

12.9.1. A contratada deverá fornecer treinamento técnico e suporte operacional para utilização da solução.

### 12.10. Treinamento.

12.10.1. O treinamento deverá possuir as seguintes características: carga horária mínima de 20 horas/aula; modalidade presencial ou remota; instrutores com certificação técnica do fabricante ou fornecedor autorizado;

12.10.2. Deverão ser fornecidos materiais didáticos completos em formato digital ou impresso.

### 12.11. Suporte Técnico.

12.11.1. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado com: atendimento em idioma português; cobertura mínima 8x5; nível de serviço mínimo (SLA) de 90% de atendimento dentro do prazo contratado e prestação de serviços de manutenção: corretiva, preventiva e evolutiva



12.11.2. O período de suporte deverá ser durante todo o contrato.

#### 12.12. Item 02: Plataforma de Análise Visual e Inteligência Investigativa - i2 Analysis Hub + Treinamento Analysis Hub.

12.12.1. A solução deverá disponibilizar ambiente de análise visual de dados investigativos, permitindo a exploração gráfica de relacionamentos, análise temporal, geoespacial e identificação de padrões ocultos em grandes volumes de dados.

12.12.2. A solução deverá operar preferencialmente em ambiente desktop ou on-premises, podendo também possuir módulos web.

#### 12.13 Análise de Redes de Relacionamento (Link Analysis).

12.13.1. A solução deverá permitir representação gráfica automatizada de redes de relacionamento entre entidades investigativas.

12.13.2. Funcionalidades mínimas: criação de diagramas investigativos; representação gráfica de entidades como: pessoas, empresas, telefones, contas bancárias, veículos, endereços, identificação de relacionamentos diretos e indiretos, exploração da rede com profundidade configurável, detecção automatizada de estruturas relevantes como: nós centrais (centrality) intermediários (betweenness) hubs de relacionamento.

#### 12.12. Análise Temporal.

12.12.1. A solução deverá permitir análise cronológica de eventos investigativos.

12.12.2. Recursos mínimos: linha do tempo interativa; visualização de eventos em múltiplas escalas temporais; identificação de sobreposição ou lacunas de eventos e correlação temporal entre múltiplas entidades investigadas.

#### 12.13. Análise Geoespacial.

12.13.1. A solução deverá permitir análise geográfica de eventos investigativos.

12.13.2. Funcionalidades mínimas: associação de eventos a coordenadas geográficas; visualização em mapas digitais; criação de camadas geográficas; mapas de calor; delimitação de áreas de interesse investigativo.

#### 12.14. Busca e Correlação Avançada.

12.14.1. A solução deverá permitir consultas complexas em múltiplas bases de dados.

12.14.2. Recursos mínimos: consultas relacionais entre diferentes conjuntos de dados; operadores lógicos (AND, OR, NOT); filtros avançados por atributos e identificação de padrões ocultos e conexões indiretas.

#### 12.15. Análise Estatística.

12.15.1. A solução deverá disponibilizar ferramentas analíticas para exploração de dados investigativos.

12.15.2. Recursos mínimos: geração de gráficos analíticos; tabelas dinâmicas; cruzamento de variáveis e exportação de dados em formatos padrão (CSV, XLSX e PDF).

#### 12.16. Usabilidade e Desempenho.

12.16.1. A solução deverá possuir: interface gráfica interativa com drag-and-drop; filtros dinâmicos de dados; suporte a análise de bases com mais de 1 milhão de registros; registro de histórico de análises realizadas e suporte a colaboração entre analistas autorizados.

#### 12.17. Treinamento Especializado – Analysis Hub.

12.17.1. A contratada deverá fornecer treinamento técnico especializado para utilização da plataforma de análise visual e inteligência investigativa (Analysis Hub), destinado aos servidores indicados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, com o objetivo de assegurar a correta utilização das funcionalidades analíticas e operacionais da solução.

12.17.2. O treinamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características: carga horária mínima de 20 (vinte) horas /aula; modalidade presencial ou remota, a ser definida pela Administração; ministrado por instrutores certificados ou oficialmente credenciados pelo fabricante ou fornecedor da solução e turmas com quantitativo adequado de participantes, de forma a garantir a efetividade do aprendizado e a interação com o instrutor.

12.17.3. O conteúdo programático mínimo deverá contemplar: fundamentos da análise de redes de relacionamento (link analysis) aplicada à atividade investigativa; apresentação da arquitetura e dos principais módulos da plataforma Analysis Hub; criação, edição e organização de diagramas analíticos investigativos; técnicas de correlação e consolidação de dados provenientes de múltiplas fontes; utilização de recursos de análise temporal e geoespacial disponíveis na plataforma; aplicação de filtros analíticos

e identificação de padrões de relacionamento; geração e exportação de relatórios analíticos e evidências investigativas e boas práticas de segurança da informação e controle de acesso aos dados analisados.

12.17.4. A contratada deverá fornecer materiais didáticos completos, em formato digital e/ou impresso, incluindo guias de utilização da ferramenta, apresentações utilizadas durante o treinamento e exercícios práticos voltados à aplicação das funcionalidades da plataforma em cenários investigativos.

12.17.5. O treinamento deverá contemplar atividades práticas supervisionadas, permitindo aos participantes realizar exercícios de modelagem de dados, construção de diagramas de relacionamento e análise de cenários investigativos simulados.

12.17.6. Ao término do treinamento, deverá ser emitido certificado de participação ou conclusão para os servidores capacitados.

#### 12.18. Item 03: Licenciamento de Plataforma Web de Exploração Analítica e Treinamento i2 Analysis Studio.

12.18.1. A solução deverá disponibilizar licenciamento de plataforma web para exploração e compartilhamento de análises investigativas, permitindo acesso remoto seguro a dados e diagramas analíticos.

##### 12.18.2. Licenciamento.

12.18.2.1. Deverão ser fornecidas licenças individuais de acesso contendo: visualização de diagramas analíticos; exploração interativa de redes investigativas; consulta a dados estruturados e não estruturados e exportação de relatórios e evidências analíticas.

12.18.2.2. A solução deverá ser acessível por navegador web seguro, sem necessidade de instalação complexa no equipamento do usuário.

##### 12.18.3. Colaboração Investigativa.

12.18.3.1. A solução deverá permitir: compartilhamento controlado de análises entre usuários; rastreabilidade das ações realizadas; controle de permissões de acesso por perfil de usuário e centralização das análises em ambiente colaborativo.

#### 12.19. Treinamento Especializado.

12.19.1. A contratada deverá fornecer treinamento técnico especializado para utilização da plataforma de análise visual e inteligência investigativa (Analysis Studio), destinado aos servidores indicados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, com a finalidade de garantir a correta utilização das funcionalidades analíticas, de modelagem de dados e de exploração de vínculos investigativos disponibilizadas pela solução.

12.19.2. O treinamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características: carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula; modalidade presencial ou remota, conforme definição da Administração; ministrado por instrutores certificados ou credenciados pelo fabricante ou fornecedor autorizado da solução; turmas com quantitativo adequado de participantes, assegurando interação direta com o instrutor e melhor aproveitamento do conteúdo apresentado.

12.19.3. O conteúdo programático mínimo deverá contemplar: fundamentos da análise de vínculos investigativos (link analysis) aplicada a atividades de inteligência e investigação; apresentação da interface e da arquitetura funcional da ferramenta Analysis Studio; criação, edição e organização de diagramas analíticos de relacionamento; inserção, importação e estruturação de entidades investigativas, incluindo pessoas, organizações, veículos, telefones, contas e outros objetos de interesse; criação e gerenciamento de tipos de entidades, atributos e relacionamentos; aplicação de técnicas de exploração visual de dados e identificação de padrões de relacionamento; utilização de recursos de análise temporal e organização cronológica de eventos; utilização de filtros analíticos, agrupamentos e expansão de redes investigativas; geração de relatórios analíticos, gráficos e exportação de diagramas investigativos e boas práticas de segurança da informação, controle de acesso e integridade dos dados analisados.

12.19.4. A contratada deverá fornecer materiais didáticos completos, em formato digital e/ou impresso, incluindo guias de utilização da ferramenta, apresentações técnicas e exercícios práticos voltados à aplicação das funcionalidades da plataforma em cenários investigativos.

12.19.5. O treinamento deverá contemplar atividades práticas supervisionadas, permitindo aos participantes realizar exercícios de criação de diagramas, modelagem de entidades e análise de cenários investigativos simulados, utilizando dados estruturados e não estruturados.

12.19.6. Ao término do treinamento, deverá ser emitido certificado de participação ou conclusão para os servidores capacitados.

### 13. Estimativa de custo total da contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Opta-se pela manutenção do sigilo do valor estimado da contratação até a fase de lances do certame, nos termos do artigo 18, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, que disciplina a matéria no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo. A medida fundamenta-se na necessidade de resguardar a competitividade do certame, evitando a ancoragem prévia das propostas pelos licitantes com base no valor estimado pela Administração, o que poderia reduzir a efetividade da disputa e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa. Nesse contexto, a não divulgação do orçamento estimado previamente à fase de lances contribui para a ampliação da concorrência, estimulando a formulação de propostas mais aderentes às reais condições de mercado e incentivando a competição por preços mais vantajosos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa. Ressalta-se que a Administração dispõe de estimativa de preços devidamente fundamentada em pesquisa de mercado, elaborada nos termos do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual será utilizada como parâmetro interno para análise de exequibilidade e julgamento das propostas, assegurando a adequada condução do certame. Ademais, a manutenção do sigilo não compromete a transparência do procedimento licitatório, uma vez que o valor estimado será oportunamente divulgado após o encerramento da fase competitiva, garantindo o controle pelos órgãos de fiscalização e pela sociedade, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência administrativa. Por fim, destaca-se que a viabilidade jurídica da adoção do sigilo do orçamento estimado no caso concreto foi reconhecida no Parecer C.J./SSP nº 155/2026, reforçando a adequação da medida sob o ponto de vista legal e procedimental]*

### 14. Justificativa técnica da escolha da solução

#### 14.1. Justificativa Técnica Item 01: Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa.

14.1.1. A escolha do software de reconhecimento facial fundamenta-se em sua aderência aos requisitos técnicos, operacionais e legais necessários às atividades de inteligência e investigação. Trata-se de solução tecnológica capaz de oferecer elevado desempenho na identificação biométrica, adequada ao ambiente operacional da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

14.1.2. Alta Precisão Certificada.

14.1.3. A solução deverá apresentar elevados índices de acurácia em processos de reconhecimento facial, com desempenho comprovado em avaliações independentes realizadas por organismos técnicos internacionais, como o NIST-FRVT (National Institute of Standards and Technology – Face Recognition Vendor Test).

14.1.4. O sistema deverá manter desempenho consistente mesmo em cenários adversos, incluindo imagens com baixa resolução, variações de iluminação, alterações de pose e diferentes ângulos faciais, garantindo confiabilidade na identificação de indivíduos em contextos investigativos.

14.1.5. Base Ampliada de Dados.

14.1.6. A plataforma deverá operar com acesso a base ampliada de imagens faciais obtidas de fontes públicas disponíveis na internet, permitindo ampliar significativamente a capacidade de identificação de indivíduos, inclusive daqueles com baixa presença em bases institucionais tradicionais.

14.1.7. Essa capacidade é particularmente relevante para investigações envolvendo crimes complexos e de caráter transnacional, como tráfico de pessoas, exploração infantil, fraudes estruturadas, organizações criminosas e outras atividades ilícitas que exigem elevado grau de identificação e correlação de identidades.

14.1.8. Interoperabilidade e Integração.

14.1.9. A solução deverá disponibilizar mecanismos de integração por meio de APIs ou interfaces compatíveis com sistemas institucionais existentes, possibilitando interoperabilidade com plataformas policiais e sistemas de videomonitoramento já implantados no ambiente da segurança pública.

14.1.10. Rastreabilidade e Governança.

14.1.11. O sistema deverá disponibilizar mecanismos de auditoria e rastreabilidade das consultas realizadas, incluindo registro de acessos, histórico de pesquisas e identificação dos usuários responsáveis pelas operações, assegurando transparência, governança e conformidade com a legislação de proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

14.1.12. Eficiência Operacional.

14.1.13. A ferramenta deverá operar com elevada velocidade de processamento, fornecendo resultados em curto intervalo de tempo, o que contribui diretamente para o aumento da eficiência das atividades investigativas, reduzindo o tempo necessário para identificação e validação de suspeitos.

14.1.14. Conformidade com Princípios de Proteção de Dados.

14.1.15. A solução deverá operar prioritariamente com imagens obtidas de fontes públicas, não realizando coleta ativa de dados biométricos nem vigilância contínua indiscriminada, adotando políticas de uso restritivo e mecanismos de controle que permitam a utilização da ferramenta exclusivamente por autoridades devidamente autorizadas, em conformidade com os princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade no tratamento de dados pessoais.

#### 14.2. Justificativa Técnica Item 02: Plataforma de Inteligência Investigativa – i2 Analyst's Hub com Treinamento.

14.2.1. A escolha da plataforma i2 Analyst's Hub, acompanhada de treinamento especializado, fundamenta-se em sua reconhecida capacidade de análise avançada de dados e suporte a atividades investigativas complexas, sendo amplamente utilizada por organizações de segurança pública e agências de inteligência em âmbito internacional.

##### 14.2.1.1. Capacidade Avançada de Análise Relacional.

14.2.1.2. A solução permite a representação visual de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados, possibilitando a identificação de padrões, vínculos ocultos e relações entre indivíduos, organizações, eventos, locais e ativos financeiros.

14.2.1.3. Esse tipo de análise é essencial para investigações envolvendo redes criminosas, esquemas de lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos e outras atividades ilícitas que dependem da compreensão de estruturas complexas de relacionamento.

##### 14.2.1.4. Recursos Analíticos Avançados.

14.2.1.5. A plataforma dispõe de funcionalidades analíticas que incluem análise temporal, análise geoespacial, modelagem de redes de relacionamento, identificação de padrões e detecção de anomalias, permitindo ao analista explorar dados investigativos de forma estruturada e visual.

##### 14.2.1.6. Reconhecimento e Utilização Internacional.

14.2.1.7. A tecnologia é amplamente adotada por agências governamentais e organizações de segurança pública em diversos países, incluindo instituições de referência na área de investigação criminal e inteligência, o que evidencia sua maturidade tecnológica, confiabilidade e robustez operacional.

##### 14.2.1.8. Interoperabilidade com Dados Institucionais.

14.2.1.9. A solução possui capacidade de ingestão de dados provenientes de múltiplas fontes, incluindo planilhas, bancos de dados, arquivos estruturados e sistemas corporativos, permitindo consolidar e correlacionar informações provenientes de diferentes bases de dados institucionais.

##### 14.2.1.10. Segurança da Informação e Rastreabilidade.

14.2.1.11. A plataforma oferece mecanismos avançados de controle de acesso, gerenciamento de usuários e registro de atividades, garantindo rastreabilidade das operações realizadas e proteção adequada das informações sensíveis manipuladas durante as investigações.

##### 14.2.1.12. Treinamento Especializado para Usuários.

14.2.1.13. A contratação inclui treinamento técnico especializado com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula, destinado à capacitação dos analistas responsáveis pela utilização da plataforma.

14.2.1.14. O treinamento tem por objetivo habilitar os usuários na utilização completa das funcionalidades da ferramenta, incluindo modelagem de dados, construção de gráficos de relacionamento, aplicação de técnicas analíticas e geração de relatórios investigativos.

14.2.1.15. A capacitação adequada dos usuários é fator determinante para o pleno aproveitamento da solução tecnológica, assegurando maior eficiência na produção de inteligência e na condução de análises investigativas.

##### 14.2.1.16. Eficiência e Otimização do Processo Investigativo.

14.2.1.17. A utilização da plataforma contribui para reduzir significativamente o tempo necessário para análise de grandes volumes de dados, permitindo a centralização das informações investigativas e a visualização estruturada de conexões complexas.

14.2.1.18. Dessa forma, a solução amplia a capacidade analítica da instituição, favorecendo maior agilidade na identificação de vínculos relevantes e na produção de conhecimento estratégico para apoio às decisões operacionais.

#### 14.3. Justificativa Técnica Item 03: Licenças i2 Explore Web e i2 Analysis Studio com Treinamento.

14.3.1. A contratação das licenças i2 Explore Web e i2 Analysis Studio, acompanhadas de treinamento especializado, fundamenta-se na necessidade de ampliar a capacidade institucional de análise de dados investigativos e produção de inteligência no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

14.3.2. Atendimento ao Objeto da Contratação.

14.3.3. As soluções i2 Explore Web e i2 Analysis Studio são amplamente utilizadas para análise de informações complexas, permitindo:

14.3.3.1. Exploração e consulta de dados investigativos por meio de interface web segura;

14.3.3.2. Construção de gráficos analíticos avançados para identificação de vínculos e relações entre indivíduos, organizações e eventos;

14.3.3.3. Consolidação e visualização de informações provenientes de múltiplas bases de dados.

14.3.4. O i2 Explore Web permite acesso remoto e seguro às informações analíticas disponibilizadas no ambiente da plataforma, facilitando a disseminação controlada do conhecimento produzido pelos analistas de inteligência.

14.3.5. O i2 Analysis Studio, por sua vez, constitui ferramenta especializada para análise visual avançada de dados, possibilitando a criação de diagramas de relacionamento, análise de redes, construção de linhas temporais e exploração aprofundada de dados investigativos.

14.3.6. Capacitação e Transferência de Conhecimento.

14.3.7. A contratação inclui treinamento técnico especializado com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula, destinado à capacitação dos usuários na utilização das ferramentas i2 Explore Web e i2 Analysis Studio.

14.3.7.1. O treinamento deverá abranger o uso prático das funcionalidades da plataforma, incluindo exploração de dados, criação de gráficos analíticos, interpretação de relacionamentos e geração de relatórios investigativos.

14.3.7.2. A capacitação estruturada dos usuários contribui para padronizar procedimentos analíticos, reduzir o tempo de adaptação às ferramentas e ampliar a produtividade das equipes de inteligência.

14.3.8. Segurança e Confiabilidade.

14.3.8.1. As soluções oferecem mecanismos de controle de acesso, gerenciamento de perfis de usuários e registro de atividades, garantindo a proteção adequada de informações sensíveis utilizadas em atividades investigativas.

14.3.9. Compatibilidade e Integração.

14.3.9.1. A adoção das soluções i2 Explore Web e i2 Analysis Studio assegura integração com o ambiente tecnológico já utilizado pela instituição, permitindo interoperabilidade com outras ferramentas do ecossistema i2 e com bases de dados institucionais.

14.4. Fundamentação em Estudos e Referências Técnicas.

14.4.1. A decisão pela contratação das soluções tecnológicas descritas fundamenta-se em estudos técnicos de mercado, análise de referências internacionais e avaliação de boas práticas adotadas por órgãos de segurança pública e instituições de inteligência que utilizam ferramentas especializadas de análise de dados investigativos.

14.4.2. Tais estudos indicam que plataformas de análise visual de dados e reconhecimento facial, quando associadas a capacitação adequada dos usuários, contribuem significativamente para o aumento da eficiência investigativa, para a identificação de vínculos complexos e para a produção de inteligência estratégica.

14.4.3. Nesse contexto, a contratação das soluções tecnológicas descritas, acompanhadas dos respectivos treinamentos especializados, apresenta-se como alternativa tecnicamente adequada para ampliar a capacidade analítica e investigativa da Secretaria da Segurança Pública, garantindo melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos e maior qualificação das equipes responsáveis pela produção de inteligência institucional.

## **15. Justificativa econômica da escolha da solução**

15.1. Justificativa de Vantajosidade Econômica Item 01: Solução Tecnológica de Reconhecimento Facial.

15.1.1. A escolha da solução tecnológica de reconhecimento facial fundamenta-se não apenas em critérios técnicos e operacionais, mas também em sua comprovada vantajosidade econômica para a Administração Pública, considerando os ganhos de eficiência, redução de custos operacionais e otimização de recursos institucionais.

15.1.2. Redução de Custos Operacionais e Ganhos de Eficiência.

15.1.3. A utilização de tecnologia automatizada para análise de imagens e identificação biométrica permite reduzir significativamente o tempo despendido por equipes humanas na verificação manual de registros fotográficos e audiovisuais.

15.1.4. A automação desses processos proporciona ganhos operacionais relevantes, tais como:

15.1.4.1. Redução de horas de trabalho dedicadas a tarefas repetitivas de comparação manual de imagens;

15.1.4.2. Aumento da produtividade das equipes de investigação e inteligência;

15.1.4.3. Maior rapidez na identificação de suspeitos, vítimas ou pessoas desaparecidas;

15.1.4.4. Redução do retrabalho investigativo e diminuição do risco de perda de evidências relevantes.

15.1.5. Estudos e experiências operacionais indicam que ferramentas especializadas de reconhecimento facial podem reduzir significativamente o tempo médio necessário para análise de imagens em investigações complexas, ampliando a eficiência institucional.

15.1.6. Eliminação de Custos de Desenvolvimento Próprio.

15.1.7. O desenvolvimento interno de solução tecnológica com funcionalidades equivalentes demandaria elevado investimento em pesquisa e desenvolvimento, incluindo a contratação de profissionais especializados nas áreas de inteligência artificial, ciência de dados, engenharia de software e segurança da informação.

15.1.8. Além dos custos diretos relacionados à formação de equipes técnicas, seriam necessários investimentos adicionais em infraestrutura computacional, armazenamento de dados, treinamento de modelos de aprendizado de máquina e manutenção contínua da solução.

15.1.9. A adoção de solução tecnológica já consolidada no mercado internacional elimina esses riscos técnicos e financeiros, permitindo à Administração Pública dispor de ferramenta madura, validada e com resultados imediatos.

15.1.10. Sustentabilidade Orçamentária e Escalabilidade.

15.1.11. A contratação da solução em modelo de licenciamento tecnológico permite maior previsibilidade orçamentária e facilita o planejamento institucional, possibilitando ajustes futuros de acordo com a evolução das necessidades operacionais.

15.1.12. Dessa forma, a solução apresenta adequado equilíbrio entre investimento financeiro e retorno institucional, configurando alternativa economicamente vantajosa para o atendimento das demandas de investigação e inteligência da Secretaria da Segurança Pública.

15.2. Justificativa de Vantajosidade Econômica Item 02: Plataforma de Inteligência Investigativa i2 Analyst's Hub com Treinamento.

15.2.1. A contratação da plataforma de análise investigativa i2 Analyst's Hub, acompanhada de treinamento especializado, apresenta vantajosidade econômica para a Administração Pública ao proporcionar ganhos substanciais de eficiência analítica e racionalização de recursos institucionais.

15.2.2. Otimização do Processo Investigativo.

15.2.3. A solução permite consolidar, correlacionar e analisar grandes volumes de dados provenientes de múltiplas fontes, reduzindo significativamente o tempo necessário para identificação de vínculos, padrões e estruturas de relacionamento entre indivíduos e organizações.

15.2.4. A automação de processos analíticos e a visualização estruturada de dados investigativos contribuem para:

15.2.4.1. Redução do tempo médio de análise em investigações complexas;

15.2.4.2. Aumento da produtividade das equipes de inteligência;

15.2.4.3. Maior rapidez na produção de relatórios analíticos e conhecimento estratégico.

15.2.5. Redução de Investimentos em Ferramentas Fragmentadas.

15.2.6. A adoção de uma plataforma integrada de análise investigativa evita a necessidade de contratação de múltiplas soluções independentes, tais como softwares isolados de análise de redes, ferramentas de georreferenciamento ou aplicações específicas para tratamento e correlação de dados.

15.2.7. A consolidação dessas funcionalidades em um único ambiente tecnológico proporciona economia de escala, simplificação operacional e redução de custos administrativos associados à gestão de múltiplos contratos e sistemas.

15.2.8. Treinamento Especializado e Transferência de Conhecimento.

15.2.9. A contratação inclui treinamento especializado no uso da plataforma i2 Analyst's Hub, estruturado para capacitar os usuários na aplicação das funcionalidades analíticas da ferramenta.

15.2.10. A capacitação dos analistas reduz custos futuros com treinamento externo, acelera o processo de adoção da solução tecnológica e garante que os recursos disponíveis sejam plenamente utilizados pela equipe responsável pela produção de inteligência.

15.2.11. Sustentabilidade Econômica do Investimento.

15.2.12. A solução opera em ambiente local com modelo de licenciamento que permite utilização contínua ao longo do tempo, reduzindo a dependência de infraestrutura externa e minimizando custos recorrentes de operação.

15.2.13. Dessa forma, o investimento inicial na plataforma e na capacitação dos usuários apresenta elevado retorno institucional ao longo de sua vida útil, configurando alternativa economicamente vantajosa para a Administração Pública.

### 15.3. Justificativa de Vantajosidade Econômica Item 03: Licenças i2 Explore Web e i2 Analysis Studio com Treinamento.

15.3.1. A contratação das licenças i2 Explore Web e i2 Analysis Studio, acompanhadas de treinamento especializado, fundamenta-se também em critérios de eficiência econômica e otimização do uso de recursos públicos.

15.3.2. Modelo de Licenciamento e Otimização de Custos.

15.3.3. A adoção do modelo de licenciamento das soluções permite acesso às funcionalidades analíticas sem a necessidade de aquisição de infraestrutura tecnológica dedicada, reduzindo investimentos iniciais em hardware e custos de manutenção de sistemas próprios.

15.3.4. Além disso, o licenciamento com vigência definida e suporte técnico associado garante previsibilidade orçamentária durante o período contratual, permitindo melhor planejamento financeiro por parte da Administração.

15.3.5. Ganhos Operacionais com Ferramentas Especializadas.

15.3.6. O i2 Explore Web permite o acesso controlado e seguro às informações analíticas por meio de interface web, facilitando a disseminação de conhecimento investigativo entre unidades autorizadas da instituição.

15.3.7. O i2 Analysis Studio constitui ferramenta avançada de análise visual de dados, possibilitando a criação de gráficos analíticos complexos, exploração de redes de relacionamento e análise aprofundada de dados investigativos.

15.3.8. A utilização combinada dessas soluções contribui para aumentar a eficiência das atividades de inteligência, reduzir o tempo de análise de informações e melhorar a qualidade das conclusões investigativas.

15.3.9. Capacitação Técnica dos Usuários.

15.3.10. A contratação inclui treinamento especializado no uso do i2 Analysis Studio, permitindo a capacitação dos analistas para utilização adequada das funcionalidades analíticas da plataforma.

15.3.11. A realização do treinamento no âmbito da própria contratação evita despesas adicionais com capacitações externas e contribui para acelerar a adoção das ferramentas pelas equipes de inteligência.

15.3.12. Comparação com Alternativas Tecnológicas.

15.3.13. A adoção de soluções alternativas que exigissem desenvolvimento interno, aquisição de infraestrutura dedicada ou contratação separada de serviços de suporte e treinamento resultaria em custos significativamente mais elevados, além de maior tempo de implantação e maior risco tecnológico.

15.3.14. Nesse contexto, a solução escolhida apresenta menor custo total de propriedade, maior rapidez de implementação e maior aderência às necessidades operacionais da Secretaria da Segurança Pública.

### 15.4. Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços.



15.4.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada para a presente contratação, considerando que as soluções tecnológicas envolvidas possuem caráter escalável e podem demandar ampliações futuras conforme a evolução das necessidades operacionais das unidades da Secretaria da Segurança Pública.

15.4.2. O Sistema de Registro de Preços permite que a Administração registre previamente os valores obtidos em processo competitivo, possibilitando futuras contratações de forma mais ágil sempre que houver disponibilidade orçamentária ou necessidade institucional.

15.4.3. Esse modelo contribui para a economicidade administrativa, ao permitir a consolidação de demandas institucionais e a obtenção de condições comerciais mais vantajosas.

15.4.4. Além disso, o registro de preços possibilita maior flexibilidade na gestão contratual, permitindo a ampliação gradual das licenças ou serviços contratados durante a vigência da ata, observados os limites legais aplicáveis.

15.4.5. Dessa forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços contribui para a racionalização dos recursos públicos, redução de custos administrativos e aprimoramento do planejamento das contratações relacionadas às soluções tecnológicas de inteligência investigativa.

15.5. Considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos analisados, conclui-se que a contratação das soluções tecnológicas de reconhecimento facial, análise visual de dados e inteligência investigativa, acompanhadas dos respectivos treinamentos especializados, representa alternativa economicamente vantajosa para a Administração Pública.

15.6. As soluções selecionadas reduzem custos operacionais, evitam investimentos de alto risco em desenvolvimento próprio, substituem a necessidade de múltiplas ferramentas isoladas e proporcionam ganhos substanciais de eficiência investigativa.

15.7. Trata-se, portanto, de investimento alinhado às diretrizes de modernização tecnológica da segurança pública, à melhoria da capacidade institucional de produção de inteligência e aos princípios de eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **16. Justificativa para o parcelamento ou não**

16.1. A presente contratação refere-se à aquisição de solução tecnológica integrada, composta por módulos de reconhecimento facial, análise visual e inteligência investigativa, que operam de forma interdependente e complementar.

16.2. O parcelamento da contratação mostra-se inviável em razão de fatores técnicos e operacionais, conforme exposto a seguir:

16.2.1. Natureza integrada da solução: a solução a ser contratada constitui sistema único, cujos módulos foram concebidos para operar de maneira coordenada e interoperável. O fracionamento do fornecimento comprometeria a integração entre os componentes, prejudicando a eficácia das análises investigativas e a consolidação de informações estratégicas.

16.2.2. Eficiência operacional: a aquisição em lote único permite que todos os módulos sejam implementados de forma simultânea e harmonizada, garantindo o pleno funcionamento da solução desde a sua implantação. A divisão da contratação poderia ocasionar atrasos na integração dos sistemas, redundâncias operacionais ou incompatibilidades tecnológicas, impactando negativamente a produtividade e a capacidade de resposta da Secretaria da Segurança Pública.

16.2.3. Segurança da informação e suporte técnico: a fragmentação do fornecimento dificultaria a manutenção de padrões uniformes de segurança da informação, ampliaria o risco de falhas de configuração e tornaria mais complexa a gestão do suporte técnico. A contratação de um único fornecedor possibilita a prestação de suporte, manutenção e atualização de forma integrada, além de facilitar a responsabilização em eventuais falhas ou incidentes.

16.2.4. Capacitação e treinamento: a capacitação dos usuários depende da uniformidade da solução implementada. A contratação fracionada poderia resultar em processos de treinamento heterogêneos e dificuldades na operação cotidiana da plataforma, comprometendo o pleno aproveitamento das funcionalidades do sistema.

16.2.5. Economicidade e padronização tecnológica: a contratação conjunta tende a proporcionar melhores condições comerciais, com redução de custos unitários e maior eficiência na gestão contratual. Além disso, favorece a padronização tecnológica, elemento relevante para garantir interoperabilidade, escalabilidade e aderência às necessidades estratégicas da Secretaria da Segurança Pública.

16.3. Em razão das justificativas apresentadas, conclui-se que o objeto da contratação possui natureza integrada e tecnicamente indivisível, razão pela qual o seu parcelamento não se mostra adequado. A aquisição em lote único apresenta-se como a alternativa mais alinhada ao interesse público, assegurando eficiência operacional, segurança da informação, padronização tecnológica, economicidade e suporte técnico unificado.

16.3.1. A opção pela contratação conjunta observa o disposto no art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a responsabilidade técnica integrada, a mitigação de riscos de incompatibilidade tecnológica e a economicidade decorrente da contratação unificada.

## **17. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

17.1. A contratação das soluções tecnológicas de reconhecimento facial e análise visual de inteligência investigativa representa um avanço significativo na modernização das ferramentas de apoio às atividades operacionais, investigativas e estratégicas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP). Os benefícios abrangem aspectos técnicos, organizacionais e institucionais, impactando diretamente a eficácia da segurança pública estadual. Dentre os principais ganhos esperados, destacam-se:

17.1.1. Fortalecimento da Capacidade Investigativa.

17.2. As soluções propostas viabilizam a identificação precisa de indivíduos a partir de imagens de baixa qualidade, o mapeamento de vínculos complexos entre pessoas, organizações, ativos e eventos, bem como a detecção automatizada de padrões suspeitos e comportamentos anômalos. Isso permitirá que as investigações avancem com maior velocidade, precisão e base probatória sólida, especialmente em crimes de alta complexidade como:

17.2.1. Lavagem de dinheiro; Corrupção e fraudes públicas; Tráfico de pessoas e entorpecentes; Organização criminosa transnacional e Desvios patrimoniais e crimes cibernéticos.

**17.2.2. Integração e Inteligência dos Dados.**

17.2.3. A análise visual e relacional dos dados promove a integração de múltiplas fontes de informação, estruturadas e não estruturadas, permitindo ao analista correlacionar elementos fragmentados e transformá-los em conhecimento útil para tomada de decisão. A interoperabilidade entre sistemas e a possibilidade de vincular eventos, locais, pessoas e documentos otimizam a gestão das investigações e ampliam o alcance da inteligência institucional.

**17.3. Aumento da Eficiência Operacional.**

17.3.1. A automatização de tarefas repetitivas, a criação de alertas, a visualização cronológica e espacial de eventos e o uso de algoritmos para agrupamento e análise de redes promovem ganhos de tempo e produtividade significativos. Isso libera recursos humanos para análises mais estratégicas e reduz o tempo de resposta diante de situações críticas.

**17.4. Segurança da Informação e Conformidade Legal.**

17.4.1. Ambas as soluções adotam práticas rigorosas de segurança cibernética, incluindo autenticação em dois fatores, criptografia de dados e trilhas de auditoria, assegurando a confidencialidade, integridade e rastreabilidade das informações manipuladas. A conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (GDPR) confere segurança jurídica à atuação da Administração Pública.

**17.5. Modernização e Transformação Digital.**

17.5.1. A implantação de ferramentas de última geração, com tecnologias de reconhecimento facial por inteligência artificial e softwares analíticos de nível internacional, posiciona a SSP-SP em patamar equivalente às melhores práticas internacionais em segurança pública e inteligência governamental. A transformação digital promovida pela contratação representa um salto qualitativo no modelo de gestão da informação e da investigação criminal.

**17.6. Suporte à Prevenção e Resposta.**

17.6.1. A visualização antecipada de padrões e a rápida identificação de indivíduos de interesse estratégico contribuem para prevenir ações criminosas, responder de forma proativa a ameaças e localizar pessoas desaparecidas com maior agilidade, fortalecendo a atuação preventiva e responsiva das forças de segurança pública.

**17.7. Valorização Institucional.**

17.7.1. O uso de tecnologias de alta performance fortalece a credibilidade da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, perante outros órgãos de segurança, controle e justiça, bem como diante da população, demonstrando comprometimento com a inovação, a eficiência e a proteção de direitos fundamentais.

## **18. Providências a serem Adotadas**

### **18.1. Levantamento de Mercado e Pesquisa de Preços.**

18.1.1. Realizar pesquisa de preços junto a fornecedores potenciais, em conformidade com o Decreto nº 67.888/2023, incluindo consultas a sistemas oficiais e empresas especializadas em soluções de inteligência investigativa e análise visual, a fim de fundamentar o valor estimado da contratação com base em práticas de mercado.

### **18.2. Definição das Especificações Técnicas.**

18.2.1. Estabelecer, de forma detalhada, as especificações funcionais e de desempenho das soluções tecnológicas, contemplando requisitos de segurança, interoperabilidade e suporte técnico, de modo a garantir que atendam plenamente às necessidades do Setor de Tecnologia da Secretaria da Segurança Pública e estejam alinhadas às demandas operacionais das Forças Policiais do Estado (Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica).

### **18.3. Consulta através do módulo IRP e Orientação às Unidades Interessadas.**

18.3.1. Divulgar o processo às unidades da Secretaria da Segurança Pública e às Forças Policiais, disponibilizando orientações claras acerca dos requisitos técnicos, das funcionalidades oferecidas pelas soluções e dos procedimentos para adesão à Ata de Registro de Preços, assegurando transparência e facilidade de acesso.

### **18.4. Implementação do Processo de Adesão.**

18.4.1. Oferecer suporte técnico e orientações específicas para que as unidades da Secretaria da Segurança Pública que desejarem possam aderir à Ata, simplificando o processo de contratação e garantindo a utilização efetiva das soluções adquiridas.

### **18.5. Acompanhamento, Treinamento e Avaliação de Resultados.**

18.5.1. Monitorar a disponibilização das licenças, a prestação do suporte técnico e a realização dos treinamentos contratados, bem como avaliar a performance dos fornecedores em relação ao cumprimento de prazos, qualidade do atendimento e funcionalidade das ferramentas. Essas ações têm por objetivo assegurar que a aquisição seja eficaz, atendendo às demandas operacionais da Secretaria da Segurança Pública e de suas Forças Policiais, promovendo maior eficiência, integração e padronização tecnológica no âmbito da segurança pública do Estado de São Paulo.

## **19. Possíveis impactos ambientais**

19.1. A contratação da solução tecnológica de reconhecimento facial e inteligência investigativa, por se tratar predominantemente de fornecimento de software e licenças de uso, apresenta, em regra, baixo impacto ambiental direto. Ainda assim, sob a ótica do ciclo de vida da solução, identificam-se impactos ambientais indiretos que devem ser considerados no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar.

19.2. Do ponto de vista de infraestrutura, a operação das ferramentas poderá demandar o uso de equipamentos computacionais e, eventualmente, de ambientes de processamento em nuvem ou data centers, implicando consumo adicional de energia elétrica. Esse consumo, a depender da matriz energética utilizada, pode estar associado à emissão indireta de gases de efeito estufa. Há também a possibilidade de incremento na demanda por armazenamento de dados, o que amplia a utilização de recursos tecnológicos com correspondente impacto energético.

19.3. No que se refere a equipamentos de apoio (estações de trabalho, servidores, dispositivos de captura de imagem, entre outros), poderá haver, ao longo do tempo, necessidade de substituição ou atualização tecnológica, gerando resíduos eletroeletrônicos. Tais resíduos, se não destinados adequadamente, podem causar impactos ambientais relevantes, em razão da presença de materiais potencialmente poluentes.

19.4. Adicionalmente, deve-se considerar impactos associados à cadeia de suprimentos das soluções tecnológicas, incluindo fabricação de equipamentos, transporte e logística, ainda que tais efeitos sejam indiretos em relação ao objeto da contratação.

19.5. Como medidas mitigadoras, recomenda-se a adoção de práticas alinhadas à sustentabilidade, tais como: priorização de soluções que operem em infraestruturas com maior eficiência energética; utilização de data centers que adotem políticas de redução de emissões e uso de fontes renováveis; observância de diretrizes de logística reversa para equipamentos eletroeletrônicos, nos termos da legislação ambiental vigente; e incentivo à racionalização do uso de recursos computacionais.

19.6. Conclui-se que, embora os impactos ambientais diretos da contratação sejam reduzidos, existem efeitos indiretos que podem ser adequadamente gerenciados mediante a adoção de boas práticas de sustentabilidade, em conformidade com os princípios da Administração Pública e com a legislação ambiental aplicável.

## 20. Requisitos de Sustentabilidade

20.1. A presente contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável e à utilização eficiente de recursos públicos.

20.2. Nesse contexto, a solução tecnológica a ser contratada deverá, sempre que possível, estar aderente a diretrizes de eficiência energética, priorizando arquiteturas e infraestruturas que demandem menor consumo de energia para processamento, armazenamento e transmissão de dados, sem prejuízo do desempenho operacional exigido.

20.3. Deverá ser considerada, como critério desejável, a utilização de data centers que adotem políticas de sustentabilidade, tais como uso de fontes de energia renovável, mecanismos de otimização de consumo energético (ex.: virtualização, escalabilidade sob demanda) e certificações reconhecidas de eficiência e gestão ambiental.

20.4. No que se refere aos eventuais equipamentos associados à solução, deverão ser observados critérios de durabilidade, possibilidade de atualização tecnológica e conformidade com normas ambientais aplicáveis, de modo a reduzir a geração de resíduos e ampliar o ciclo de vida útil dos bens.

20.5. A contratada deverá, quando aplicável, observar as diretrizes de logística reversa para descarte adequado de equipamentos eletroeletrônicos, nos termos da legislação vigente, bem como adotar práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes de suas atividades, incluindo processos de fabricação, transporte e suporte técnico.

20.6. Adicionalmente, recomenda-se que a solução possibilite a racionalização do uso de recursos computacionais, por meio de ferramentas de gestão, monitoramento e otimização de desempenho, contribuindo para a redução de consumo energético e maior eficiência operacional.

20.7. Por fim, os critérios de sustentabilidade poderão ser considerados como requisitos técnicos ou obrigações contratuais, desde que devidamente justificados no processo, assegurando-se a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

## 21. Garantia da Contratação

21.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a análise de risco realizada no Estudo Técnico Preliminar.

21.2. A execução contratual será acompanhada por mecanismos de controle técnico, indicadores de desempenho (SLA), cláusulas de penalidade e fiscalização contínua, suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

## 22. Da Subcontratação

22.1. A subcontratação parcial será admitida exclusivamente para os Itens 02 e 03 da presente contratação, limitada às atividades acessórias relacionadas à capacitação técnica, treinamento oficial do fabricante, certificações técnicas, apoio especializado e serviços auxiliares correlatos, observados os limites, condições e exigências de qualificação técnica estabelecidos nos respectivos memoriais descritivos.

22.2. Não será admitida subcontratação para o Item 01, considerando a natureza predominantemente operacional, integrada e continuada da solução tecnológica de reconhecimento facial e inteligência investigativa, cuja execução demanda responsabilidade técnica integral da contratada, especialmente quanto à operação da plataforma, suporte técnico especializado, integridade da solução e continuidade operacional dos serviços.

22.3. A subcontratação parcial prevista neste item ficará limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, restrita exclusivamente às atividades acessórias de treinamento e capacitação técnica, permanecendo vedada a subcontratação da parcela principal do objeto.

22.3.1. Considera-se parcela principal do objeto a atividade relacionada ao licenciamento da solução, gestão contratual, suporte técnico principal, operação da plataforma SaaS, manutenção da solução, gerenciamento operacional e responsabilidade técnica perante a Administração, atividades estas que deverão permanecer sob execução direta da contratada, em razão de sua relevância técnica, criticidade operacional e impacto na continuidade dos serviços.

22.3.2. A limitação da subcontratação ao percentual máximo estabelecido justifica-se pela natureza predominantemente técnica e especializada do objeto, cuja execução principal demanda controle direto da contratada sobre a solução tecnológica ofertada,

especialmente quanto ao licenciamento, suporte técnico especializado, continuidade operacional, integridade da plataforma e responsabilidade técnica perante a Administração.

22.3.3. A admissão excepcional da subcontratação das atividades acessórias de treinamento e capacitação técnica decorre da necessidade de garantir adequada transferência de conhecimento aos usuários da Administração, considerando que tais atividades podem ser executadas por profissionais ou centros de treinamento oficialmente certificados pelo fabricante, sem prejuízo da unidade técnica da solução e da responsabilidade integral da contratada pela execução contratual.

22.4. Não será admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do contrato perante a Administração, inclusive quanto às obrigações técnicas, operacionais, administrativas e legais decorrentes da contratação.

22.5. As atividades acessórias passíveis de subcontratação deverão ser executadas por empresa ou profissional com comprovada qualificação técnica e certificação compatível com a solução tecnológica contratada, mediante prévia comunicação e autorização formal da Administração.

22.5.1. A subcontratação das atividades de treinamento e capacitação limita-se exclusivamente à execução operacional das ações instrucionais, não implicando transferência da responsabilidade contratual, técnica, administrativa ou legal da contratada perante a Administração Pública.

## 23. Manifestação Conclusiva

23.1. Considerando as análises técnicas, operacionais e orçamentárias realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação da solução tecnológica de reconhecimento facial e inteligência investigativa apresenta aderência direta às necessidades institucionais da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, especialmente no que se refere ao fortalecimento das atividades de inteligência, investigação e análise de dados aplicadas ao enfrentamento da criminalidade.

23.2. A solução proposta demonstra capacidade de ampliar significativamente os recursos tecnológicos disponíveis às Forças Policiais, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica permitindo maior eficiência na identificação de indivíduos, na correlação de informações provenientes de múltiplas bases de dados e na produção de conhecimento estratégico voltado à atividade investigativa e à tomada de decisões operacionais.

23.3. Adicionalmente, a contratação contempla a disponibilização de licenças de ferramentas especializadas de análise investigativa e visualização de vínculos, bem como a capacitação técnica dos servidores responsáveis por sua operação, assegurando condições adequadas para a correta implementação, utilização e aproveitamento das funcionalidades da plataforma.

23.4. Do ponto de vista técnico e administrativo, verificou-se que a solução atende aos requisitos de desempenho, integração, segurança da informação e suporte técnico necessários ao ambiente institucional da Secretaria da Segurança Pública, apresentando-se como alternativa adequada para atender às demandas operacionais identificadas.

23.5. Dessa forma, manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, considerando que a solução proposta se mostra tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

23.6. Assim, conclui-se que a contratação pretendida contribui para o processo de modernização tecnológica da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, bem como para o aprimoramento das capacidades institucionais voltadas à prevenção e repressão qualificada da criminalidade.

## 24. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 24.1. Justificativa da Viabilidade

24.2. Diante das análises técnicas, operacionais, econômicas e procedimentais realizadas, declara-se a contratação VIÁVEL, adequada e necessária ao atendimento do interesse público, encontrando-se o Estudo Técnico Preliminar apto a subsidiar a fase externa da licitação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## 25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO THOMAZ CIPRIANO**

AUXILIAR - SC



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 17:43:18.*

## MEMORIAL DESCRITIVO

**Item 01: Cat Mat: 27006 - Siafisico: 6785-7 - Contratação de Solução Tecnológica de Reconhecimento Facial e Inteligência Investigativa.**

### 1. Objeto.

1.1. Contratação de **40 (quarenta) licenças de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, com entrega no modelo SaaS (Software como Serviço)**, executada em ambiente em nuvem e com alta disponibilidade, projetada para apoiar de forma eficiente as atividades da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, nas áreas de investigação criminal, inteligência policial, busca de desaparecidos e segurança institucional.

1.2. A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes componentes:

1.2.1. Desempenho: Reconhecimento facial com acurácia > 99%, certificado por órgãos independentes como o NIST-FRVT, mantendo a precisão em baixa resolução e iluminação variável;

1.2.2. Base de Dados: Consulta automatizada em banco com no mínimo 35 bilhões de imagens indexadas de fontes abertas, incluindo redes sociais (Facebook, Instagram, VK, Twitter, LinkedIn e TikTok) e sites de notícias;

1.2.3. Funcionalidades de Busca: Capacidade de busca por face, associação de imagens a URLs e integração com arquivos no formato UFDR (Cellebrite);

1.2.4. Interface unificada e intuitiva, com funcionalidades de gestão de usuários, personalização de galerias (procurados, desaparecidos, internos etc.), relatórios e trilhas de auditoria, com suporte à língua portuguesa;

1.2.5. Capacidade de integração via API com sistemas legados ou institucionais de controle de casos e usuários;

1.2.6. Requisitos rígidos de segurança da informação, com autenticação em dois fatores, criptografia de dados, rastreabilidade e conformidade com a LGPD, GDPR e demais normas aplicáveis;

1.2.7. Suporte técnico especializado em português, com SLA mínimo de 90%, cobertura 8x5, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva pelo período de vigência do contrato;



1.2.8. A contratação será executada por meio de subscrição anual, com possibilidade de expansão de usuários, prorrogação contratual conforme legislação vigente;

1.2.9. A solução deverá fornecer pesquisa que permita a busca de imagens em websites de fontes abertas, bem como em perfis abertos de redes sociais, sendo indispensavelmente a busca no Facebook, Instagram, VK e Twitter;

1.2.10. A solução deverá permitir a pesquisa em fontes de dados governamentais de uso público, das esferas executiva, legislativa e judiciária, tais como: Portais de Transparência, Juntas Comerciais, Tribunais de Justiça, dentre outros;

1.2.11. A solução deverá permitir a pesquisa por imagens; A solução deverá reconhecer os padrões faciais e retornar por aproximação os padrões semelhantes;

1.2.12. A solução deverá auxiliar a célula de inteligência cibernética em operação nesta Diretoria, quanto à identificação de possíveis alvos na internet;

1.2.13. A solução deverá permitir a exportação individual ou em grupos pré-selecionados de arquivos quando realizado o procedimento de análise;

1.2.14. A solução deverá possuir, preferencialmente, interface em língua portuguesa padrão brasileiro e, excepcionalmente, aceitável o padrão inglês padrão americano;

1.2.15. As atualizações da solução, enquanto durar o contrato, deverão ser disponibilizadas;

1.2.16. Possuir um mecanismo de busca de imagens publicamente disponíveis, localizadas na Internet, gerando correspondências por meio de tecnologia própria de pesquisa de imagens;

1.2.17. Realizar pesquisas analíticas de reconhecimento facial de imagens públicas disponíveis para fins de apoio ao processo investigativo para segurança pública;

1.2.18. Realizar associação de imagens de busca de reconhecimento facial a sites, domínios e URLs no avanço do processo de análise de dados para a inteligência;

1.2.19. Possuir recursos de supervisão, auditoria e relatórios do sistema, que atendam ou excedam os padrões e recomendações de conformidade com as políticas de segurança da informação;

1.2.20. Possuir uma plataforma unificada de gerenciamento de identidade que permita inscrições personalizadas em galerias, acesso público a imagens online e capacidade de reconhecimento facial em uma única interface;

1.2.21. Realiza busca por face para encontrar perfis similares em base de dados diversas e privadas por meio de API, respeitando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, além do sigilo dos dados de inteligência;

1.2.22. Realizar a busca por face para encontrar perfis similares, nas seguintes mídias sociais, no mínimo: VKontakte, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Tiktok;

1.2.23. Permitir ao analista, após exportar imagens que estejam dentro de arquivos no formato UFDR (da solução UFED Cellebrite, de aplicação padronizada neste Ministério), a realização de consultas e pesquisas, incluindo aí recursos de reconhecimento facial, visando enriquecimento de entidades localizadas em dispositivos móveis investigados;

1.2.24. O acesso deve ser à versão mais recente publicada pelo desenvolvedor e com garantia (atualização, manutenção e suporte técnico);

1.2.25. A manutenção de licenças, suporte, assistência técnica, garantia e atualizações ocorrerão pelo período da vigência do contrato;

1.2.26. Deve possuir algoritmo de reconhecimento facial altamente precisos e escaláveis; deve possuir desempenho consistente mesmo em condições de iluminação variáveis e em imagens de baixa resolução;

1.2.27. Deve possibilitar a correspondência de rostos desconhecidos a perfis existentes para identificação precisa;

1.2.28. Deve implementar medidas de segurança robustas para proteger os dados e a integridade do sistema; deve ser projetado para atender às regulamentações de privacidade, incluindo a GDPR e outras leis locais de proteção de dados;

1.2.29. Deve garantir o tratamento responsável de informações pessoais; Deve entregar atualizações regulares de segurança e funcionalidades para manter o sistema protegido e em conformidade;

1.2.30. Deve consistir em uma solução unificada com todos os recursos disponíveis em uma única interface; deve possibilitar a associação de imagens e reconhecimento faciais a sites, domínios e URLs, acelerando e aprimorando o processo investigativo;

1.2.31. Deve possuir API de integração; destinada inclusive à automatização do processo de importação de galerias de imagens de interesse; para a entrega/instalação da solução, a CONTRATADA deve disponibilizar o objeto do contrato no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato;

1.2.32. A CONTRATADA deve prover, durante todo o prazo de garantia do produto, toda a cadeia de ações de suporte técnico, realizando manutenções preventivas, corretivas e adaptativas, quando cabíveis ou quando demandada pela CONTRATANTE, o que inclui, mas não se limita ao envio de pessoal especializado para manutenção, bem como a substituição de eventuais componentes que possam apresentar falhas durante o período de vigência da garantia;

1.2.33. A solução deve contemplar suporte técnico especializado e manutenção preventiva e corretiva, por meio de Help Desk com atendimento durante 5 dias por semana, 8 horas por dia (5 x 8), atendendo ao Acordo de Nível de Serviço (ANS), ou Service Level Agreement (SLA), mínimo de 90%, de forma a manter toda a solução tecnológica em perfeito funcionamento e devidamente atualizada tecnológica e funcionalmente dentro do escopo contratado e durante toda sua validade.

## **2. Justificativa da contratação.**

2.1. A evolução da criminalidade, o uso intensivo de tecnologia por grupos organizados e a alta circulação de imagens em redes sociais e ambientes públicos exigem ferramentas modernas e integradas para investigação e identificação de indivíduos suspeitos, desaparecidos ou de interesse estratégico.

2.2. Atualmente, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo enfrenta desafios como:

2.2.1. Identificação de indivíduos com base em imagens de baixa qualidade, coletadas de fontes públicas ou privadas;

2.2.2. Limitação de recursos humanos para análises manuais de grandes volumes de imagens;

2.2.3. Ausência de ferramenta institucional para consolidação, busca, auditoria e rastreamento de perfis;

2.2.4. Necessidade de assegurar conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) no tratamento de dados pessoais sensíveis;

2.2.5. Dessa forma, a contratação visa incrementar as capacidades técnicas e operacionais das forças de segurança, permitir o uso responsável de dados públicos e agilizar processos investigativos com precisão, confiabilidade e segurança jurídica.

## **3. Escopo da solução.**

3.1 Funcionalidades Principais.

3.1.1. A solução deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

<b>Funcionalidade</b>	<b>Descrição</b>
<b>Reconhecimento Facial</b>	Poderá empregar algoritmos com acurácia (≥99%), certificados por NIST-FRVT.
<b>Análise de Imagens e Vídeos</b>	Deverá realizar Detecção de rostos em imagens estáticas e vídeos com seleção automática dos melhores quadros.
<b>Banco de Dados</b>	Poderá dispor de Acesso a base pública com no mínimo 35 bilhões de imagens indexadas (redes sociais, sites públicos, vídeos)

Funcionalidade	Descrição
<b>Integração de Galerias</b>	Deverá permitir a Criação e importação de bases específicas (procurados, desaparecidos, internos).
<b>Interface Integrada</b>	Poderá disponibilizar Ferramentas de busca, edição, relatório e auditoria em uma única interface gráfica em português.
<b>Auditoria e Conformidade</b>	Deverá Registro de acessos e ações dos usuários com rastreabilidade completa.
<b>Relatórios Analíticos</b>	Poderá Geração de relatórios detalhados de comparação, análise e conformidade.
<b>APIs de Integração</b>	Deverá integrar-se a para sistemas internos de gestão de usuários, galerias e eventos.

### 3.2 Requisitos Funcionais.

Requisito	Especificação
<b>Modelo de Entrega</b>	SaaS (Software como Serviço), hospedado em nuvem.
<b>Interface</b>	Idioma português do Brasil, com possibilidade de uso em inglês.
<b>Compatibilidade</b>	Navegadores modernos (Google Chrome), em ambiente Windows 7 ou superior.
<b>Escalabilidade</b>	Possibilidade de expansão de usuários e módulos.
<b>Suporte</b>	Atendimento especializado, com SLA $\geq 90\%$ , durante a vigência do contrato.
<b>Segurança</b>	Criptografia de dados, autenticação em dois fatores, conformidade com a LGPD.

### 4. Requisitos de suporte.

Item	Descrição
<b>Suporte Técnico</b>	Atendimento via Help Desk, com tempo de resposta máximo de 24h úteis.
<b>Atualizações</b>	Inclusas atualizações corretivas, evolutivas e de segurança durante o contrato.

## 5. Riscos e mitigações.

Risco	Mitigação Proposta
Falsos positivos	Acurácia mínima de 99% e validação humana nos processos críticos.
Vazamento de dados	Adoção de criptografia, controle de acesso e auditoria contínua.
Incompatibilidade com sistemas internos	Definição de requisitos de API e realização de provas de conceito.
Dependência de fornecedor único	Cláusulas de transferência tecnológica e de continuidade de serviço.

## 6. Requisitos de Segurança.

6.1. A CONTRATADA deve:

6.1.1. Conformidade: A contratada deverá cumprir integralmente a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e as normas de segurança da Secretaria da Segurança Pública.

6.1.2. Confidencialidade: Garantia de sigilo absoluto sobre dados e códigos-fonte, sendo vedada a comercialização ou divulgação de qualquer informação sem autorização prévia;

6.1.3. Acesso Físico e Lógico: Credenciamento prévio de profissionais e obrigatoriedade de assinatura de Termos de Responsabilidade e Sigilo para acesso às dependências ou sistemas;

6.1.4. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação da CONTRATANTE.

## 7. Propriedade e Sigilo.

7.1. A CONTRATADA ficará proibida de veicular e comercializar os produtos e informações geradas, relativas à prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

7.2. A CONTRATADA deve manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos/mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, copiar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos;

7.3. Poderá ser exigido do profissional da CONTRATADA que tiver acesso aos sistemas /dependências da CONTRATANTE a assinatura de Termo de Responsabilidade e Sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da CONTRATANTE ou a serviço desta, salvo se expressamente autorizado;

7.4. O profissional da CONTRATADA que tiver acesso à estrutura computacional disponibilizada pela CONTRATANTE deve assinar termo declarando estar ciente de que esta não poderá ser utilizada para fins

particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando endereço da CONTRATANTE ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas;

7.5. O profissional da CONTRATADA que prestar serviços na CONTRATANTE deve assinar Termo de compromisso declarando total obediência as normas de segurança

## **8. Necessidades Tecnológicas.**

8.1. Os relatórios emitidos pela solução deverão ser gerados, no mínimo, no formato PDF;

8.2. Os arquivos gerados pela solução decorrentes da exportação de dados deverão ser criados, no mínimo, no formato PDF;

8.3. A ferramenta deve possibilitar a consulta via API de outros softwares.

## **9. Condições de entrega e implantação.**

9.1. A CONTRATADA deve disponibilizar o objeto do contrato no prazo de até 60 (sessenta) dias, corridos contados a partir da data de assinatura do contrato;

9.1.1. A CONTRATADA deve promover a implantação, por meio de técnico certificado no produto;

9.1.2. A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE um checklist completo de todos os componentes da solução, a fim de facilitar e agilizar o recebimento;

9.1.3. Termo de Recebimento Provisório será emitido pela CONTRATANTE após a entrega dos componentes mediante a realização da instalação dos testes e da ativação pela CONTRATADA, em conformidade com as especificações técnicas definidas neste documento;

9.1.4. Após a emissão do recebimento provisório, a CONTRATANTE analisará o perfeito funcionamento, segundo as especificações contidos no Projeto Básico e na proposta, pelo período de até 10 (dez) dias úteis, findo o qual será emitido o Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.5. O recebimento definitivo da solução será classificado como ACEITO ou REJEITADO segundo os seguintes critérios:

9.1.5.1. Serviço de entrega, instalação, ativação, implantação, teste e homologação;

9.1.5.2. Aceito - quando todos os componentes forem entregues, instalados e estiverem em pleno funcionamento nas dependências da CONTRATANTE, não cabendo nenhum ajuste apenas a garantia de funcionamento e demais serviços associados, após a emissão do Termo Definitivo;

9.1.5.3. Rejeitado - quando o objeto contratado não for aceito, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades estabelecidas para o caso.

## **10. Requisitos de manutenção e suporte técnico.**

10.1. São requisitos de manutenção e suporte técnico deste processo de contratação:

10.2. A contratada deve prover, durante todo o prazo de garantia do produto, toda a cadeia de ações de suporte técnico, realizando manutenções preventivas, corretivas e adaptativas quando cabíveis ou quando demandada pela Contratante, o que inclui, mas não se limita ao envio de pessoal especializado para manutenção, bem como a substituição de eventuais componentes que possam apresentar falhas durante o período de vigência da garantia;

10.3. A solução deve abranger durante toda a vigência do contrato suporte técnico especializado e manutenção preventiva e corretiva, por meio de Help Desk com atendimento durante 5 dias por semana, 8 horas por dia (5 x 8), atendendo ao Acordo de Nível de Serviço (ANS), ou Service Level Agreement (SLA), mínimo de 90%, de forma a manter toda a solução tecnológica em perfeito funcionamento e devidamente atualizada tecnológica e funcionalmente dentro do escopo contratado.

## **11. Subcontratação.**

11.1. É vedada ao Contratado a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratado, sem prévia e expressa autorização da Administração.

## **12. Condições de Segurança da Informação.**

12.1. A contratada deverá garantir sigilo absoluto e confidencialidade sobre todas as informações, dados, documentos ou quaisquer registros institucionais aos quais tenha acesso em razão da execução do objeto contratual, comprometendo-se a não divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações para finalidades diversas daquelas estritamente relacionadas à execução do contrato.

12.2. A contratada deverá observar e cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, incluindo, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as políticas, normas e diretrizes de segurança da informação adotadas pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

12.3. Sempre que houver necessidade de acesso a sistemas, redes, dados institucionais ou dependências físicas da contratante, a contratada deverá realizar o prévio credenciamento de seus profissionais, fornecendo as informações necessárias para fins de controle de acesso e identificação.

12.4. Fica expressamente vedada a divulgação, compartilhamento ou utilização de quaisquer dados, informações ou documentos institucionais sem autorização prévia e formal da contratante.

12.5. O licenciamento do software associado ao objeto da contratação deverá ser fornecido na modalidade de subscrição, devendo incluir, durante todo o período contratado, atualizações tecnológicas, correções de segurança e suporte técnico do fabricante.

12.6. Quando necessária a realização de atividades presenciais, a contratada deverá assegurar que seus profissionais estejam devidamente identificados e credenciados junto à contratante, observando integralmente os procedimentos de controle de acesso, segurança institucional e demais normas internas aplicáveis.

## **13. Requisitos de Capacidade Técnica.**

13.1. Em observância ao disposto nos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação exigirá da licitante a comprovação de capacidade técnica, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com a solução tecnológica a ser fornecida.

13.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá se dar por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência prévia em fornecimento, implantação, suporte ou manutenção de soluções tecnológicas de análise visual de dados, inteligência investigativa ou softwares correlatos, compatíveis em natureza e complexidade com o objeto desta contratação.

13.3. Da mesma forma, a capacidade técnico-profissional deverá ser comprovada por meio da apresentação de profissional(is) integrante(s) do quadro da empresa licitante ou que dela venha(m) a fazer parte na execução do contrato, devidamente registrado(s) em conselho de classe ou detentor(es) de certificações específicas, quando aplicável, com experiência comprovada em atividades correlatas ao objeto da contratação.

13.3.1. Exceção para Treinamento: Caso a licitante opte pela subcontratação da atividade de treinamento, conforme facultado no item 8.2.1, a comprovação da capacidade técnica profissional dar-se-á mediante a apresentação do currículo e das certificações do(s) instrutor(es) pertencente(s) à empresa subcontratada, acompanhada da devida autorização formal da administração para tal subcontratação.

13.4. As exigências de qualificação técnica não poderão constituir barreira indevida à competitividade, devendo restringir-se ao mínimo necessário para garantir a execução satisfatória do contrato, em consonância com os princípios da isonomia, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **14. Comprovação de Qualificação Técnica - Certificação do Fabricante.**

14.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica necessária à execução do objeto da contratação, a licitante deverá demonstrar possuir certificação, credenciamento ou autorização formal emitida pelo fabricante do software, que a habilite a comercializar, licenciar, implementar ou prestar suporte técnico à solução ofertada.

14.2. A comprovação deverá ser realizada mediante apresentação de documento oficial vigente, emitido diretamente pelo fabricante ou por sua representação oficial, que ateste a condição da empresa como parceira autorizada, revendedora certificada, integradora ou canal oficial de comercialização, apta a fornecer os produtos e serviços relacionados à solução tecnológica objeto da contratação.

14.3. A exigência visa assegurar que o fornecedor possua vínculo formal com o fabricante da tecnologia, bem como capacitação técnica e autorização para a correta comercialização e disponibilização das licenças, atualizações, suporte técnico e demais serviços associados ao software ofertado.

14.4. Serão aceitos documentos equivalentes que comprovem a integração da licitante à rede oficial de parceiros do fabricante, desde que estejam válidos na data da apresentação da proposta e guardem pertinência com a solução ofertada no certame.

#### **15. Prazo de entrega.**



15.1. O prazo para entrega da licença será de 60 (sessenta) dias corridos.

## **16. Vigência.**

16.1. O contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **17. Considerações Finais.**

17.1. A presente contratação demonstra-se absolutamente necessária, estratégica e vantajosa para a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, uma vez que fortalece a capacidade institucional de análise, investigação e governança da informação em cenário de crescente sofisticação das organizações criminosas e de grande volume de dados a serem processados.

17.2. O objeto delineado neste memorial descritivo foi elaborado em conformidade com as diretrizes de planejamento da contratação estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 68.017/2023 e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando a observância ao interesse público, à economicidade, à eficiência administrativa e à mitigação de riscos de inexecução.

17.3. A definição da solução tecnológica, associada ao suporte técnico especializado e à capacitação dos usuários, garante não apenas a aderência imediata às necessidades operacionais, mas também a sustentabilidade e a evolução futura das capacidades investigativas, em consonância com padrões internacionais de interoperabilidade.

17.4. Conclui-se que a contratação é juridicamente possível, tecnicamente adequada e indispensável para o fortalecimento das ações de inteligência de segurança pública no Estado de São Paulo, devendo, portanto, ter sua tramitação e execução aprovadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Gustavo Thomaz Cipriano

Assessor Militar - Auxiliar – Serviço de Compras.

## **MEMORIAL DESCRITIVO – SERVIÇO DE COMPRAS - SC**

**Item 02: Cat Mat: 27472 - Siafisico: 6785-7 - Contratação de 05 (cinco) licenças de uso do i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, e suporte técnico do fabricante incluso e Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.**

### **1. Objeto.**

1.1. Contratação de solução tecnológica especializada em análise visual de dados e apoio à gestão de investigações, compreendendo: 05 (cinco) licenças de uso do i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, e suporte técnico do fabricante incluso e Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.

### **2. Justificativa da Contratação.**

2.1. A crescente sofisticação das organizações criminosas, a dispersão e volume de dados disponíveis, e a necessidade de atuação integrada e orientada por inteligência impõem à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo o fortalecimento de sua capacidade analítica e investigativa. Para tanto, é imprescindível dispor de soluções tecnológicas avançadas que possibilitem a consolidação, correlação e visualização de dados complexos, provenientes de diversas fontes estruturadas e não estruturadas, de maneira segura, rápida e assertiva.

2.2. A contratação da solução i2 Analysis Hub, com licenças concorrentes e acesso via i2 Explore Web, acompanhada dos respectivos treinamentos especializados, visa dotar os órgãos de segurança pública de uma ferramenta robusta, escalável e interoperável, com funcionalidades avançadas de análise visual de vínculos, redes criminosas, padrões comportamentais, eventos temporais e correlações geoespaciais.

2.3. A solução contratada permitirá:

2.3.1. Centralização e gestão segura dos dados em ambiente controlado;

2.3.2. Compartilhamento eficiente e seguro entre analistas por meio do acesso Web Client; Gestão centralizada de usuários e perfis de segurança por interface web, permitindo nível de segurança por grupo

de usuários, direitos e visualização ou não de determinadas entidades. Gestão de logs de auditoria com visualização de acessos por período, pesquisas e expansões efetuadas.

2.3.3. Ampliação da capacidade institucional de realizar análises estratégicas e táticas em investigações de alta complexidade;

2.3.4. Melhoria dos processos de tomada de decisão com base em evidências visuais, temporais e relacionais e

2.3.5. Adoção de práticas modernas de inteligência de dados, com conformidade à LGPD e padrões internacionais de segurança da informação.

2.4. Além disso, os treinamentos do i2 Analysis Hub e do i2 Analysis Studio são indispensáveis para garantir a capacitação plena dos analistas, permitindo o uso efetivo das ferramentas adquiridas, com domínio das funcionalidades específicas de análise visual, modelagem de vínculos e exploração de grandes volumes de dados, o que maximiza os resultados operacionais e estratégicos da solução.

2.5. A presente contratação é inédita no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, e sua viabilização representa um marco na modernização tecnológica do aparato investigativo do Estado, promovendo maior integração entre áreas de inteligência, aumento da eficiência investigativa e avanço significativo na produção de conhecimento orientado por dados.

### **3. Descrição da solução.**

3.1. A solução deverá dispor de um conjunto avançado de ferramentas para análise e correlação de dados, com foco no apoio à produção de conhecimento tático, operacional e estratégico. Deve permitir a identificação de padrões, vínculos ocultos, recorrências e elementos críticos, mesmo em contextos que envolvam grandes volumes de dados estruturados e não estruturado. A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos.

3.2. Análise de Redes de Relacionamento (Link Analysis).

3.3. Representação gráfica automatizada de entidades (pessoas, empresas, veículos, telefones, endereços, eventos entre outros) e suas interconexões, com base nos dados fornecidos;

3.4. Detecção de relacionamentos diretos e indiretos (até N níveis de profundidade configuráveis);

3.5. Identificação visual de nós centrais, hubs, cliques, pontes e padrões de rede, com suporte a algoritmos de análise de centralidade, grau e intermediação;

3.6. Agrupamento automático ou manual de entidades por similaridade ou vínculos comuns;

3.7. Recurso de exploração interativa dos vínculos com possibilidade de expansão incremental da rede a partir de um ou mais elementos.

#### 4. Quantitativos e Prazos.

Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de Entrega/Execução
Licença de Acesso ao i2 Web explorer web (anual)	licença	05	Até 60 dias corridos após assinatura do contrato
Suporte técnico especializado	Durante toda a vigência do contrato		
Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.	turma	Sob demanda da Administração, limitada a 20 participantes por turma.	Até 60 dias após ativação das licenças

#### 5. Especificações Técnicas.

##### 5.1 Reconhecimento de Padrões e Comportamentos.

5.1.1 Identificação de padrões recorrentes de movimentação, associação, eventos simultâneos ou frequências irregulares;

5.1.2. Detecção de anomalias em séries temporais e sequências de eventos;

5.1.3. Aplicação de filtros dinâmicos para identificação de padrões específicos conforme atributos configuráveis (por exemplo: mesma localização, faixa de datas, número de interações, padrão de horário).

##### 5.2. Análise Temporal.

5.2.1. Linha do tempo interativa para visualização cronológica de eventos, ações e movimentações de entidades; suporte a múltiplas escalas temporais (por hora, dia, semana, mês ou ano); ordenação automática de eventos por data/hora, com destaque visual para sobreposições e lacunas temporais e comparação paralela de eventos múltiplos, com marcações por tipo, relevância e impacto.

##### 5.3. Georreferenciamento e Visualização Espacial.

5.3.1. Capacidade de atribuir coordenadas geográficas a entidades e eventos com base em endereço, CEP ou latitude/longitude; visualização dos dados em mapas integrados, com suporte a múltiplas camadas (mapa base, calor, pontos de interesse); criação de áreas de interesse (polígonos geográficos) com alertas de recorrência ou movimentação; cruzamento de dados temporais e espaciais para análise de deslocamentos, zonas de atuação e sobreposição de rotas.

##### 5.3.2. Mecanismos de Busca Avançada e Correlação.

5.3.2.1. Ferramenta de busca relacional com capacidade de localizar conexões indiretas entre entidades, mesmo que em diferentes bases de dados ou contextos; suporte a consultas parametrizadas (busca por atributos específicos, múltiplos campos combinados, padrões textuais,

datas e eventos); e capacidade de inferência e sugestão de vínculos ocultos com base em similaridades de comportamento, localização, tempo ou relação com terceiros.

#### 5.4. Análise Multidimensional e Estatística.

5.4.1. Geração de gráficos estatísticos de apoio à tomada de decisão (histogramas, gráficos de pizza, barras e dispersão), com base nos dados analisados; possibilidade de aplicar cruzamentos multidimensionais de variáveis para descoberta de tendências ou correlações relevantes e exportação dos resultados analíticos em formatos compatíveis com ferramentas estatísticas externas (CSV, XLSX entre outros).

5.4.2. Visualização de Gráficos em Terceira dimensão pelo i2 Explore, cliente web, com possibilidade de navegação por profundidade pelas entidades do gráfico.

#### 5.5. Automação e Inteligência Assistida.

5.5.1. Recursos de automação de tarefas analíticas repetitivas, como agrupamento por similaridade, geração de relatórios e alertas predefinidos; assistente analítico com sugestões baseadas em regras definidas ou aprendizado de padrões anteriores (machine learning opcional) e notificações ou alertas configuráveis baseados em gatilhos de dados (por exemplo: surgimento de nova entidade vinculada a caso em andamento).

#### 5.6. Usabilidade e Eficiência Operacional.

5.6.1. Interface gráfica intuitiva com recursos de arrastar e soltar, zoom contextual, seleção múltipla e edição em tempo real; alto desempenho mesmo em cenários com grandes volumes de dados e redes extensas (>10.000 elementos e conexões simultâneas); capacidade de salvar visualizações específicas com filtros ativos, permitindo retomada da análise em ponto específico; e registro de histórico de ações e edição colaborativa, com versionamento e rastreabilidade das alterações.

#### 5.7. Recursos de Inteligência Investigativa.

5.7.1. A solução deverá possuir módulos integrados e operacionais voltados à análise avançada de dados relacionais, comportamentais, temporais, espaciais e contextuais, permitindo ao analista detectar e compreender com rapidez padrões ocultos, conexões indiretas, eventos críticos e estruturas complexas de atuação (por exemplo: organizações criminosas, redes de fraude, fluxos de ativos). Os recursos deverão contemplar, de forma nativa, sem necessidade de programação, ao menos as seguintes funcionalidades.

#### 5.8. Análise de Redes de Relacionamento (Link Analysis).

5.8.1. Ferramenta central de Visualização gráfica interativa, capaz de representar dados relacionais de forma estruturada e explorável, com suporte a:

5.8.1.1. Criação automática ou manual de gráficos de vínculos entre entidades do banco de dados (por exemplo: pessoas, empresas, endereços, telefones, contas, veículos, documentos, eventos); construção visual em tempo real, com possibilidade de adicionar, editar ou ocultar nós e conexões; detecção automática de vínculos ocultos, por meio de análise indireta de relacionamentos (até N graus de separação, configurável); agrupamento inteligente de entidades

com base em atributos comuns (por exemplo: CPF, endereço, IP, titularidade), exibindo conexões latentes; identificação de estruturas organizacionais complexas, com destaque para elementos-chave da rede, como; nós de alta centralidade (centralidade de grau, intermediação ou proximidade); intermediadores (bridges) e pontos de estrangulamento; grupos coesos (cliques) e sub-redes autônomas; classificação visual de entidades e conexões com base em tipologia (ícones, formas, cores, espessura de ligação, intensidade, direção) e expansão progressiva de vínculos, com filtros por tipo de entidade, relevância, data ou outro critério definido pelo usuário.

## 5.9. Reconhecimento de Padrões, Variações e Comportamentos.

5.9.1. . O sistema deverá contar com mecanismos analíticos automáticos e assistidos para:

5.9.1.1. Identificação de padrões de comportamento e atuação, como repetições em horários, locais, envolvidos ou modus operandi; detecção de anomalias e desvios em séries temporais, fluxo de interações ou atributos fora de padrão (por exemplo: movimentações fora da faixa típica); análise de frequência, periodicidade e sazonalidade de eventos ou aparições de entidades em registros distintos; agrupamento de eventos por semelhança comportamental entre agentes, indicando ações coordenadas ou simultâneas e cruzamento entre padrões individuais e coletivos, apontando convergência de atuação entre múltiplas entidades investigadas.

## 5.10. Análise Temporal (Time Series / Timeline Visual).

5.10.1. Deverá dispor de componente visual de linha do tempo para análise cronológica de eventos, com suporte a:

5.10.1.1. Visualização interativa de eventos ao longo do tempo, com escalas variáveis (horária, diária, semanal, mensal ou personalizada); criação automática de eventos vinculados a entidades com base em data/hora (por exemplo: ligações, transações, deslocamentos, interações); sobreposição temporal de múltiplas entidades, permitindo visualização de intersecções, lacunas ou simultaneidades; agrupamento de eventos por tipo, cor, intensidade e origem da informação (por exemplo: boletim de ocorrência, sistema de inteligência, dados bancários); marcações visuais de pontos críticos (por exemplo: picos de atividade, eventos suspeitos, gaps temporais relevantes) e cruzamento com localização geográfica ou entidades envolvidas, permitindo análise integrada de tempo, espaço e agentes.

## 5.11. Análise Geoespacial (Georreferenciamento / Mapas Dinâmicos).

5.11.1. O sistema deverá permitir a visualização de entidades e eventos em mapas geográficos interativos, com recursos como:

5.11.1.1. Atribuição de coordenadas (latitude e longitude) a qualquer entidade ou evento com endereço conhecido ou campo de geolocalização; mapeamento em camadas (layers) com suporte a mapas base (Google Maps, OpenStreetMap ou similar), zonas de calor, rotas e áreas de influência; criação de zonas geográficas de interesse (por exemplo: bairros, perímetros, zonas de atuação, áreas de risco); visualização de trajetórias e rotas percorridas, com indicação de velocidade, tempo de parada e intersecções com outras rotas; ferramentas de análise espacial

como proximidade entre ocorrências, concentração de eventos e distâncias relativas e integração com linha do tempo para correlação espaço-temporal de eventos ou deslocamentos.

#### 5.12. Busca Avançada, Filtragem e Correlacionamento Dinâmico.

5.12.1. A plataforma deverá oferecer sistema de busca relacional e cruzamento de dados estruturados e não estruturados, com:

5.12.1.1. Mecanismo de busca parametrizável e combinada, utilizando campos como nome, CPF, endereço, telefone, data, tipo de ocorrência, vínculo, entre outros; capacidade de executar buscas relacionais complexas, como “quem esteve com X e Y entre datas Z e W”, ou “quais entidades estão associadas a dois ou mais eventos comuns”; uso de expressões regulares, operadores lógicos e filtros compostos (AND, OR, NOT, LIKE, entre outros); suporte à pesquisa em campos abertos e textos livres com mecanismos de indexação e similaridade; capacidade de armazenar consultas salvas para reuso ou execução periódica com novos dados e identificação automática de entidades duplicadas ou equivalentes (por exemplo: mesma pessoa com grafia diferente).

#### 5.13. Estatísticas e Análise Multivariada.

5.13.1. A solução deverá conter módulo de análise estatística e visualização de indicadores extraídos dos dados analisados, com suporte a:

5.13.1.1. Geração de gráficos analíticos customizáveis (colunas, pizza, dispersão, linha, radar entre outros); tabelas dinâmicas e cruzamentos multivariados com filtros por atributos relevantes; extração de indicadores operacionais (por exemplo: frequência de eventos por mês, tempo médio entre interações, top 10 entidades mais recorrentes); possibilidade de exportar dados e gráficos para ferramentas externas (CSV, XLSX, PDF) e relatórios automáticos com resumo visual da análise.

#### 5.14. Inteligência Assistida e Automação Analítica.

5.14.1. A solução poderá conter, como diferencial, recursos de automação de tarefas analíticas e suporte à decisão, tais como:

5.14.1.1. Sugestões inteligentes com base em análise prévia (por exemplo: “entidade X está relacionada indiretamente a Y por meio de Z”); detecção automática de eventos críticos conforme regras definidas (por exemplo: alertar se houver movimentação financeira acima de R\$ 100.000 por dia); execução de tarefas agendadas (por exemplo: geração de relatórios semanais, monitoramento contínuo de base de dados); criação de alertas configuráveis por analista, com envio por e-mail ou dentro da própria plataforma e suporte à integração com módulos de machine learning e mineração de dados, desde que compatíveis com a arquitetura da instituição.

#### 5.15. Performance, Escalabilidade e Usabilidade Operacional.

5.15.1. Capacidade comprovada de operar com grandes volumes de dados (mínimo de 1 milhão de registros e 50 mil entidades); tempo de resposta inferior a 5 segundos em consultas padrão e construção

gráfica com até 1.000 elementos; interface intuitiva e responsiva, com ferramentas de drag-and-drop, undo/reto, histórico de navegação e manipulação simultânea de múltiplas abas; permissão para criação de diferentes visões analíticas sobre um mesmo conjunto de dados, com exportação independente de cada visualização; conexão com bases de dados por meio de API (Conectores); interface de criação de conectores web possibilitando a criação dinâmica de conectores (API'S).

5.15.2. Possibilidade de criação usando programação Python, java ou JavaScript de conectores a serviços (convênios e outros) para acesso por demanda a informações públicas ou privadas, sem limite de conectores ou tramitação de dados. Sem necessidade de uso de serviços de Desenvolvimento do fabricante e ou Fornecedores.

## **6. Treinamento i2 Analysis Hub.**

6.1. O treinamento deverá proporcionar aos participantes conhecimentos teóricos e práticos necessários para utilização das funcionalidades do ambiente corporativo de análise, incluindo pesquisa de dados, exploração de entidades e relacionamentos, manipulação de diagramas analíticos, modelagem de esquemas de dados e compreensão da arquitetura da plataforma.

### **6.2. Carga Horária.**

6.2.1. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula, podendo ser distribuída em módulos teóricos e práticos.

### **6.3. Número de Participantes.**

6.3.1. O treinamento deverá ser realizado para um grupo composto por, no máximo, 20 (vinte) participantes indicados pela contratante.

6.3.2. Cada participante deverá possuir acesso individual a uma estação de trabalho com o software instalado, de forma a possibilitar a realização integral das atividades práticas previstas. O treinamento deverá atender até 20 (vinte) participantes por turma, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração.

### **6.4. Conteúdo Programático Mínimo.**

6.4.1. O conteúdo programático deverá contemplar, no mínimo, os seguintes tópicos:

### **6.5. Introdução à Plataforma de Análise.**

6.5.1. Visão geral da suíte de soluções i2; conceito de análise de inteligência baseada em dados; introdução ao ambiente Analysis Hub; diferenças conceituais entre ambientes baseados em iBase e ambientes baseados em i2 Analyze e arquitetura geral da solução.

### **6.6. Arquitetura e Componentes do Ambiente.**



6.6.1. Estrutura do ambiente i2 Analyze; componentes do Analysis Hub; organização do repositório de dados analíticos e conceitos de armazenamento e gerenciamento de diagramas analíticos (Chart Store).

## 6.7. Implantação e Estrutura Operacional.

6.7.1. Pré-requisitos para implantação da solução; estrutura de topologia e configuração do ambiente; arquivos de configuração e parâmetros operacionais e comandos e procedimentos para inicialização de serviços e implantação do ambiente.

## 6.8. Pesquisa e Exploração de Dados.

6.8.1. Utilização de ferramentas de pesquisa rápida; utilização de mecanismos de pesquisa avançada; pesquisa visual e navegação em redes de relacionamento; expansão e exploração de entidades e vínculos; e análise de conexões entre registros e identificação de estruturas relacionais.

## 6.9. Manipulação e Gerenciamento de Informações.

6.9.1. Criação e edição de entidades e relacionamentos; utilização do inspetor de campos; manipulação de propriedades e atributos; atualização e salvamento de dados no repositório analítico e gerenciamento de diagramas analíticos.

## 6.10. Modelagem de Dados.

6.10.1. Introdução à ferramenta de modelagem de dados (Schema Designer); criação e edição de esquemas de dados; definição de entidades, relacionamentos e propriedades; definição de grupos de propriedades; convenções de nomenclatura e validação e verificação de inconsistências em modelos de dados.

## 6.11. Integração e Ingestão de Dados.

6.11.1. Conceitos de ingestão de dados; integração de dados estruturados provenientes de múltiplas fontes; processos de carga e transformação de dados (ETL) e integração de fontes externas ao ambiente analítico.

## 6.12. Modalidade de Execução.

6.12.1. O treinamento poderá ser realizado em uma das seguintes modalidades:

6.12.1.1. Presencial: realizado nas dependências indicadas pela contratante, em ambiente apropriado para capacitação técnica.

6.12.2.1. Remoto (online síncrono): realizado por meio de plataforma de videoconferência que permita:

6.12.2.1.1. Interação em tempo real entre instrutor e participantes; compartilhamento de tela; acompanhamento das atividades práticas e esclarecimento de dúvidas durante o treinamento.

6.12.2. Independentemente da modalidade adotada, o treinamento deverá possuir caráter essencialmente prático e interativo, contemplando demonstrações da solução e execução de exercícios aplicados.

#### 6.13. Material Didático.

6.13.1. A contratada deverá disponibilizar aos participantes:

6.13.1.1. Material didático digital ou impresso, incluindo guias de utilização da ferramenta, bases de dados utilizadas nos exercícios práticos e exemplos de gráficos analíticos.

6.13.2. O material deverá permanecer disponível para consulta pelos participantes após o término do treinamento.

#### 6.14. Certificação.

6.14.1. Ao final do treinamento deverá ser emitido certificado de conclusão para os participantes que concluírem o curso.

6.14.2. O certificado deverá conter, no mínimo: nome do participante; nome do treinamento; carga horária total; período de realização; conteúdo programático e identificação da instituição responsável pela capacitação.

#### 6.15. Infraestrutura.

6.15.1. Responsabilidade da Contratada.

6.15.1.1. A contratada deverá assegurar: disponibilização do instrutor responsável pela capacitação; fornecimento do material didático; disponibilização de bases de dados para realização dos exercícios práticos e suporte técnico durante a realização do treinamento.

#### 6.16. Responsabilidade da Contratante.

6.16.1. Compete à contratante: disponibilização de local adequado, no caso de treinamento presencial; disponibilização de computadores para os participantes; disponibilização do software previamente instalado nos equipamentos e disponibilização de acesso à internet quando necessário à execução das atividades do treinamento.

#### 6.17. Avaliação do Treinamento.

6.17.1. Poderá ser realizada avaliação de reação dos participantes ao término do treinamento, com o objetivo de verificar: qualidade do conteúdo ministrado; desempenho do instrutor; aplicabilidade prática do treinamento e adequação da carga horária.

#### 6.18. Resultados Esperados.

6.18.1. Ao final do treinamento, espera-se que os participantes estejam aptos a:

6.18.1.1. Ao término do treinamento, espera-se que os participantes tenham adquirido conhecimentos teóricos e habilidades práticas suficientes para operar a plataforma i2 Analysis Hub de forma eficiente no contexto de atividades de análise de dados, inteligência e investigação. Os participantes deverão demonstrar capacidade de compreender a arquitetura básica do ambiente analítico, realizar consultas e pesquisas em repositórios de dados, explorar relacionamentos entre entidades e interpretar estruturas de vínculo representadas por meio de diagramas analíticos.

6.18.2. Adicionalmente, os participantes deverão estar aptos a manipular informações no ambiente da solução, incluindo a criação, edição e atualização de entidades, vínculos e propriedades, bem como a organização e armazenamento de diagramas analíticos em repositórios corporativos. Espera-se também que compreendam os princípios fundamentais de modelagem de dados utilizados pela plataforma, permitindo interpretar e utilizar adequadamente os esquemas de dados existentes.

6.18.3. Como resultado da capacitação, os profissionais treinados deverão possuir condições de aplicar os recursos da plataforma no suporte a atividades institucionais que demandem análise estruturada de informações, identificação de padrões, correlações e redes de relacionamento, contribuindo para o aprimoramento dos processos de investigação, produção de conhecimento e tomada de decisão baseada em dados.

### 7. Das Obrigações da Contratante.

7.1. Infraestrutura: Prover a infraestrutura tecnológica necessária, incluindo hardware, conectividade e acessos lógicos indispensáveis para a instalação, configuração e testes das soluções.

7.2. Pessoal: Designar e convocar os servidores ou colaboradores para os treinamentos, garantindo que o público indicado possua o perfil técnico compatível com o conteúdo ministrado.

7.3. Gestão e Fiscalização: Designar representante para acompanhar, fiscalizar, verificar e atestar formalmente as entregas e os serviços prestados pela Contratada.

7.4. Acesso aos Sistemas: Garantir e autorizar, de forma segura, o acesso dos técnicos da Contratada aos sistemas e ambientes necessários para a prestação do suporte e resolução de incidentes.

### 8. Subcontratação

8.1. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, exclusivamente para execução de parcelas acessórias

relacionadas a treinamento especializado da solução, certificações técnicas, apoio especializado e serviços auxiliares correlatos.

8.2. Fica vedada a subcontratação da parcela principal do objeto contratual, compreendida pelo licenciamento da solução, gestão contratual, suporte técnico principal, operação da plataforma SaaS, manutenção da solução e responsabilidade técnica perante a Administração.

8.3. A subcontratação dependerá de prévia comunicação e autorização formal da Administração, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução contratual, inclusive quanto às obrigações técnicas, operacionais, administrativas e legais decorrentes do contrato.

8.4. A subcontratação das atividades de treinamento especializado relativas à solução i2 Analysis Hub somente será admitida mediante comprovação de qualificação técnica e certificação oficial emitida pelo fabricante ou por centro de treinamento autorizado.

8.5. A subcontratação restringir-se-á exclusivamente às atividades acessórias previstas neste item, não se estendendo às demais obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

## **9. Condições de Segurança da Informação.**

9.1. A contratada deverá garantir sigilo absoluto e confidencialidade sobre todas as informações, dados, documentos ou quaisquer registros institucionais aos quais tenha acesso em razão da execução do objeto contratual, comprometendo-se a não divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações para finalidades diversas daquelas estritamente relacionadas à execução do contrato.

9.2. A contratada deverá observar e cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, incluindo, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as políticas, normas e diretrizes de segurança da informação adotadas pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

9.3. Sempre que houver necessidade de acesso a sistemas, redes, dados institucionais ou dependências físicas da contratante, a contratada deverá realizar o prévio credenciamento de seus profissionais, fornecendo as informações necessárias para fins de controle de acesso e identificação.

9.4. Fica expressamente vedada a divulgação, compartilhamento ou utilização de quaisquer dados, informações ou documentos institucionais sem autorização prévia e formal da contratante.

9.5. O licenciamento do software associado ao objeto da contratação deverá ser fornecido na modalidade de subscrição, durante todo o período do contrato, devendo incluir atualizações tecnológicas, correções de segurança e suporte técnico do fabricante.

9.6. Quando necessária a realização de atividades presenciais, a contratada deverá assegurar que seus profissionais estejam devidamente identificados e credenciados junto à contratante, observando integralmente os procedimentos de controle de acesso, segurança institucional e demais normas internas aplicáveis.

## **10. Requisitos de Capacidade Técnica.**

10.1. Em observância ao disposto nos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação exigirá da licitante a comprovação de capacidade técnica, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com a solução tecnológica a ser fornecida.

10.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá se dar por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência prévia em fornecimento, implantação, suporte ou manutenção de soluções tecnológicas de análise visual de dados, inteligência investigativa ou softwares correlatos, compatíveis em natureza e complexidade com o objeto desta contratação.

10.3. Da mesma forma, a capacidade técnico-profissional deverá ser comprovada por meio da apresentação de profissional(is) integrante(s) do quadro da empresa licitante ou que dela venha(m) a fazer parte na execução do contrato, devidamente registrado(s) em conselho de classe ou detentor(es) de certificações específicas, quando aplicável, com experiência comprovada em atividades correlatas ao objeto da contratação.

10.3.1. Exceção para Treinamento: Caso a licitante opte pela subcontratação da atividade de treinamento, conforme facultado no item 8.4 a comprovação da capacidade técnica profissional dar-se-á mediante a apresentação do currículo e das certificações do(s) instrutor(es) pertencente(s) à empresa subcontratada, acompanhada da devida autorização formal da administração para tal subcontratação.

10.4. As exigências de qualificação técnica não poderão constituir barreira indevida à competitividade, devendo restringir-se ao mínimo necessário para garantir a execução satisfatória do contrato, em consonância com os princípios da isonomia, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **11. Comprovação de Qualificação Técnica - Certificação do Fabricante.**

11.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica necessária à execução do objeto da contratação, a licitante deverá demonstrar possuir certificação, credenciamento ou autorização formal emitida pelo fabricante do software, que a habilite a comercializar, licenciar, implementar ou prestar suporte técnico à solução ofertada.

11.2. A comprovação deverá ser realizada mediante apresentação de documento oficial vigente, emitido diretamente pelo fabricante ou por sua representação oficial, que ateste a condição da empresa como parceira autorizada, revendedora certificada, integradora ou canal oficial de comercialização, apta a fornecer os produtos e serviços relacionados à solução tecnológica objeto da contratação.

11.3. A exigência visa assegurar que o fornecedor possua vínculo formal com o fabricante da tecnologia, bem como capacitação técnica e autorização para a correta comercialização e disponibilização das licenças, atualizações, suporte técnico e demais serviços associados ao software ofertado.

11.4. Serão aceitos documentos equivalentes que comprovem a integração da licitante à rede oficial de parceiros do fabricante, desde que estejam válidos na data da apresentação da proposta e guardem pertinência com a solução ofertada no certame.

## **12. Prazo de entrega.**

12.1. O prazo de entrega do objeto contratado será de até 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato, período no qual a Contratada deverá providenciar todos os acessos, licenças, credenciais, configurações, integrações e demais meios necessários à plena implementação da solução, observados os prazos específicos previstos para realização do treinamento.

### **13. Vigência.**

13.1. O contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, contados da assinatura, compreendendo período de implantação, treinamento e execução contratual, sendo o licenciamento da solução e o suporte técnico prestados durante todo o período do contrato.

### **14. Considerações Finais.**

14.1. A presente contratação demonstra-se absolutamente necessária, estratégica e vantajosa para a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, uma vez que fortalece a capacidade institucional de análise, investigação e governança da informação em cenário de crescente sofisticação das organizações criminosas e de grande volume de dados a serem processados.

14.2. O objeto delineado neste memorial descritivo foi elaborado em conformidade com as diretrizes de planejamento da contratação estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 68.017/2023 e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando a observância ao interesse público, à economicidade, à eficiência administrativa e à mitigação de riscos de inexecução.

14.3. A definição da solução tecnológica, associada ao suporte técnico especializado e à capacitação dos usuários, garante não apenas a aderência imediata às necessidades operacionais, mas também a sustentabilidade e a evolução futura das capacidades investigativas, em consonância com padrões internacionais de interoperabilidade.

14.4. Conclui-se que a contratação é juridicamente possível, tecnicamente adequada e indispensável para o fortalecimento das ações de inteligência de segurança pública no Estado de São Paulo, devendo, portanto, ter sua tramitação e execução aprovadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Gustavo Thomaz Cipriano  
Assessor Militar - Auxiliar Serviço de Compras - SC

## **MEMORIAL DESCRITIVO – SERVIÇO DE COMPRAS - SC**

**Item 03: Cat Mat: 3840 - Siafisico: 6785-7 - Contratação de 50 (cinquenta) Licenças de acesso ao i2 Explore Web, e suporte técnico do fabricante incluso e Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas.**

### **1. Objeto.**

1.1. Contratação de 50 (cinquenta) licenças de acesso ao i2 Explore Web, e suporte técnico do fabricante incluso; Treinamento i2 Analysis Studio, carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.

1.1.1. Serviço de suporte técnico especializado durante toda a vigência do contrato;

1.1.2. Treinamento oficial em i2 Analysis Studio;

1.2. Conforme especificações técnicas, prazos e condições estabelecidos neste documento e seus anexos.

### **2. Justificativa.**

2.1. A crescente sofisticação das organizações criminosas, somada à dispersão e ao volume massivo de dados, impõe à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP o fortalecimento contínuo de sua capacidade analítica. Para enfrentar esses desafios, é imprescindível a adoção de soluções tecnológicas que permitam a consolidação, correlação e visualização de dados complexos, provenientes de fontes estruturadas e não estruturadas, de maneira célere, segura e assertiva.

2.2. Após análise técnica das alternativas de mercado, o ecossistema i2, especificamente por meio da integração entre o i2 Analysis Studio e o i2 Explorer, revelou-se a opção mais adequada às demandas institucionais. A solução destaca-se pela maturidade tecnológica e pela capacidade de análise visual profunda de vínculos e padrões criminosos. O i2 Explorer, em particular, viabiliza o acesso simplificado e ágil via navegador (web), democratizando a capacidade investigativa sem abdicar do rigor técnico e da segurança da informação.

2.3. Entre as vantagens que motivaram a escolha, destacam-se:

2.3.1. Análise de Vínculos em Larga Escala: Representação interativa de relações diretas e indiretas entre milhares de elementos, permitindo identificar o núcleo de organizações criminosas;

2.3.2. Precisão Temporal e Geoespacial: Mapeamento detalhado de eventos encadeados, essencial para a reconstrução de fatos delituosos;

2.3.3. Interoperabilidade Internacional: Adoção de bibliotecas gráficas e padrões de dados utilizados globalmente por órgãos como FBI, Europol e Interpol, facilitando o intercâmbio de inteligência;

2.3.4. Acesso Web Simplificado e Seguro: O uso do i2 Explorer permite que analistas acessem a base de dados investigativa de forma intuitiva, via navegador, otimizando o fluxo de trabalho sem a necessidade de instalações complexas em todas as estações;

2.3.5. Robustez e Confiabilidade: Solução validada em operações críticas mundiais, garantindo estabilidade mesmo em investigações de alta complexidade.

2.4. A contratação, que contempla suporte técnico especializado e treinamento, assegurará a plena exploração das funcionalidades da ferramenta. Isso ampliará a capacidade da SSP-SP em realizar análises estratégicas e táticas, fortalecendo a governança da informação e promovendo a eficiência investigativa em consonância com as melhores práticas internacionais.

2.5. O i2 Explorer é, portanto, componente essencial para a modernização da inteligência policial, pois permite a exploração de dados de forma colaborativa e remota, integrando-se nativamente ao ambiente do i2 Analysis Studio.

2.6. Sua adoção permite:

2.6.1. Reduzir drasticamente o tempo de resposta em análises investigativas;

2.6.2. Integrar e visualizar informações de múltiplas bases de dados em uma interface única;

2.6.3. Garantir a segurança, o sigilo e a rastreabilidade das consultas realizadas;

2.6.4. Viabilizar o trabalho colaborativo entre diferentes unidades, permitindo o acesso seguro à informação de qualquer ponto da rede institucional.

2.7. Por fim, o fornecimento aliado à capacitação técnica garante que os recursos tecnológicos sejam plenamente utilizados, evitando a subutilização do investimento e assegurando a aderência das equipes às metodologias operacionais mais avançadas do setor.

### **3. Quantitativos e Prazos.**



Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de Entrega/Execução
Licença de Acesso ao i2 Web explorer web (anual)	licença	50	Até 60 dias corridos após assinatura do contrato
Suporte técnico especializado	Durante toda a vigência		
Treinamento i2 Analysis Studio com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula.	turma	Sob demanda da Administração, limitada a 20 participantes por turma.	Até 60 dias após ativação das licenças

#### 4. Especificações Técnicas.

4.1. A solução a ser contratada deverá consistir no fornecimento de licenças de acesso a plataforma de análise visual de dados investigativos baseada em ambiente web, equivalente em funcionalidades à plataforma i2 Explore Web, destinada à exploração, correlação e análise de grandes volumes de dados por meio de representações gráficas de relacionamentos entre entidades.

4.2. A ferramenta deverá permitir a análise de vínculos, identificação de padrões e exploração interativa de dados utilizados em atividades de inteligência, investigação e produção de conhecimento analítico.

##### 4.3. Características gerais da solução.

4.3.1. A solução deverá operar integralmente em ambiente web, acessível por meio de navegadores corporativos modernos, dispensando instalação de software cliente dedicado nas estações de trabalho dos usuários.

4.3.2. A plataforma deverá permitir o acesso simultâneo por múltiplos usuários, respeitando o quantitativo de licenças contratadas.

4.3.3. O sistema deverá possuir arquitetura adequada para operação em ambiente corporativo, com capacidade de manipulação de grandes volumes de dados e redes complexas de relacionamento.

4.3.4. A solução deverá possibilitar a exploração analítica de dados estruturados e semiestruturados, permitindo a identificação de relações, padrões e associações entre diferentes entidades.

4.3.5. A interface da solução deverá disponibilizar ambiente gráfico interativo voltado à análise de vínculos (link analysis), com representação visual em formato de grafos ou diagramas relacionais.

##### 4.4. Funcionalidades mínimas.

4.4.1. A solução deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

4.4.2. Visualização de redes de relacionamento, permitindo representar graficamente entidades e suas respectivas conexões.

4.4.3. Exploração interativa de grafos, possibilitando expandir, ocultar, reorganizar ou destacar elementos da rede analisada.

4.4.4. Ferramentas de filtragem e refinamento analítico, permitindo aplicar critérios de seleção por atributos, categorias, relações ou intervalos temporais.

4.4.5. Pesquisa e localização de entidades, com mecanismos de busca que permitam identificar registros específicos dentro do conjunto de dados disponível.

4.4.6. Identificação de padrões e agrupamentos, permitindo evidenciar estruturas de rede, clusters ou relações indiretas entre entidades.

4.4.7. Análise temporal de eventos, possibilitando visualizar sequências cronológicas ou relações baseadas em tempo.

4.4.8. Exportação ou compartilhamento de resultados analíticos, permitindo o uso das visualizações em relatórios, apresentações ou produtos de inteligência.

4.4.9. Capacidade de manipulação de diferentes tipos de entidades, tais como pessoas, organizações, documentos, veículos, eventos, endereços, contas ou outros elementos definidos no modelo de dado.

#### 4.5. Integração e interoperabilidade.

4.5.1. A solução deverá permitir integração com bases de dados institucionais, possibilitando a ingestão ou consulta de informações provenientes de diferentes fontes.

4.5.2. Deverá suportar a importação de dados oriundos de arquivos estruturados ou semiestruturados, tais como planilhas ou arquivos de dados tabulares.

4.5.3. A ferramenta deverá possibilitar a atualização dinâmica das análises, permitindo que novos dados sejam incorporados aos grafos existentes.

#### 4.6. Segurança da informação.

4.6.1. A solução deverá disponibilizar mecanismos de controle de acesso baseado em perfis ou permissões, assegurando que somente usuários autorizados possam acessar as funcionalidades do sistema.

4.6.2. O sistema deverá registrar logs de utilização e rastreabilidade das atividades dos usuários, quando aplicável.

4.6.3. A plataforma deverá ser compatível com políticas corporativas de segurança da informação e autenticação institucional.

#### 4.7. Suporte e atualização.

4.7.1. As licenças fornecidas deverão possuir vigência durante todo o prazo do contrato.

4.7.2. Durante todo o período de vigência contratual deverá estar incluído suporte técnico oficial do fabricante ou fornecedor autorizado, contemplando atendimento a incidentes, correções de falhas e orientações técnicas.

4.7.3. Deverão estar incluídas atualizações de versão, correções e patches de segurança disponibilizados pelo fabricante durante o período de vigência da licença.

#### 4.8. Compatibilidade operacional.

4.8.1. A solução deverá ser compatível com infraestruturas corporativas de tecnologia da informação, podendo operar em ambiente de rede institucional.

4.8.2. O acesso à plataforma deverá ser realizado por meio de navegadores web amplamente utilizados em ambiente corporativo, observados os requisitos mínimos definidos pelo fornecedor da solução.

### **5. Treinamento i2 Analysis Studio.**

5.1. O curso de i2 Analysis Studio tem como objetivo capacitar os participantes na utilização de ferramentas de análise visual de dados, voltadas à exploração e interpretação de informações por meio da construção de diagramas analíticos. A capacitação abordará técnicas para representação gráfica de entidades, eventos e relacionamentos, identificação de vínculos entre dados, análise temporal de eventos e utilização de recursos de pesquisa e exploração de informações, permitindo aos usuários realizar análises investigativas de forma estruturada e visual.

5.2. O treinamento deverá proporcionar aos participantes domínio operacional e analítico da ferramenta, capacitando-os a estruturar, correlacionar e interpretar informações provenientes de diferentes bases de dados, com vistas à produção de conhecimento analítico.

#### 5.3. Carga Horária.

5.3.1. O treinamento deverá possuir carga horária total mínima de 20 (vinte) horas/aula, distribuídas conforme a seguinte estrutura:

5.3.2. Cada hora/aula deverá possuir duração mínima de 60 (sessenta) minutos.

#### 5.4. Quantidade de Participantes.

5.4.1. O treinamento deverá ser realizado para um grupo composto por, no máximo, 20 (vinte) participantes indicados pela contratante.

5.4.2. Cada participante deverá possuir acesso individual a uma estação de trabalho com o software instalado, de forma a possibilitar a realização integral das atividades práticas previstas.

#### 5.5. Modalidade de Execução.

5.5.1. O treinamento poderá ser realizado em uma das seguintes modalidades:

5.5.1.1. Presencial: Realizado nas dependências indicadas pela contratante, em ambiente apropriado para capacitação técnica.

5.5.1.2. Remoto (online síncrono): Realizado por meio de plataforma de videoconferência que permita:

5.5.1.2.1. Interação em tempo real entre instrutor e participantes; compartilhamento de tela; acompanhamento das atividades práticas e esclarecimento de dúvidas durante o treinamento.

5.5.2. Independentemente da modalidade adotada, o treinamento deverá possuir caráter essencialmente prático e interativo.

#### 5.6. Objetivos do Treinamento.

5.6.1. Capacitar os participantes para:

5.6.1.1. Compreender os conceitos fundamentais de análise de vínculos e análise de redes; estruturar dados e informações para análise investigativa; construir e manipular gráficos analíticos complexos; identificar padrões, conexões e relações ocultas em bases de dados; realizar análise temporal de eventos; aplicar técnicas de exploração de dados para produção de conhecimento analítico e produzir produtos analíticos estruturados para apoio à tomada de decisão.

#### 5.7. Conteúdo Programático.

5.7.1. O treinamento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos:

5.7.1.1. Introdução às ferramentas de análise de dados e inteligência; criação, organização e edição de diagramas analíticos; representação de entidades, eventos e relacionamentos em diagramas; identificação e análise de vínculos entre entidades e estruturação de dados para análise.

#### 5.8. Interface e Estrutura da Ferramenta:

5.8.1. Utilização de recursos de linha do tempo para análise temporal de eventos; inserção e organização de informações por meio de atributos, cartões e etiquetas; navegação e manipulação de diagramas complexos e extensos e importação de dados de diferentes formatos e fontes externas.

#### 5.9. Construção de Gráficos Analíticos:

5.9.1. Configuração e gerenciamento de especificações de importação de dados; interpretação e validação de dados importados; geração de diagramas analíticos e relatórios a partir dos dados analisados; compartilhamento, armazenamento e gerenciamento de diagramas e informações analíticas e integração e consulta a repositórios de dados.

#### 5.10. Importação e Estruturação de Dados:

5.10.1. Utilização de ferramentas de busca rápida, visual e avançada para exploração de informações.

#### 5.11. Metodologia de Ensino.

5.11.1. O treinamento deverá adotar metodologia teórico-prática, contemplando:

5.11.1.1. Exposição conceitual dos temas abordados; demonstração prática das funcionalidades da ferramenta; exercícios guiados; resolução de estudos de caso e simulações de cenários analíticos.

5.11.2. Deverá ser assegurada predominância de atividades práticas, correspondendo a, no mínimo, 60% da carga horária total do treinamento.

#### 5.12. Material Didático.

5.12.1. A contratada deverá disponibilizar aos participantes:

5.12.1.1. Material didático digital ou impresso; guias de utilização da ferramenta; bases de dados utilizadas nos exercícios práticos e exemplos de gráficos analíticos.

5.12.2. O material deverá permanecer disponível para consulta após o término do treinamento.

#### 5.13. Qualificação do Instrutor.

5.13.1 O treinamento deverá ser ministrado por instrutor com comprovada experiência profissional na utilização da ferramenta e na condução de capacitações técnicas.

5.13.2. O instrutor deverá possuir: experiência comprovada em análise de dados e análise de vínculos; experiência na utilização profissional da ferramenta e experiência na condução de treinamentos técnicos.

#### 5.14. Entregáveis.

5.14.1. A contratada deverá fornecer os seguintes entregáveis: plano de treinamento contendo cronograma e conteúdo programático; material didático utilizado durante o curso; lista de presença dos participantes; relatório de realização do treinamento e certificados de conclusão para os participantes.

#### 5.15. Certificação.

5.15.1. Ao final do treinamento, deverá ser emitido certificado de conclusão para os participantes que concluírem o curso.

5.15.2. O certificado deverá conter, no mínimo: nome do participante; nome do treinamento; carga horária total; período de realização; conteúdo programático e identificação da instituição responsável.

5.16. Infraestrutura.

5.16.1. Responsabilidade da Contratada disponibilização do instrutor; fornecimento do material didático; disponibilização de bases de dados para exercícios e suporte técnico durante a realização do treinamento.

5.17. Responsabilidade da Contratante.

5.17.1. Disponibilização de local adequado (no caso de treinamento presencial); computadores para os participantes; software previamente instalado e acesso à internet quando necessário.

5.18 Avaliação do Treinamento.

5.18.1. Poderá ser realizada avaliação de reação dos participantes, com o objetivo de verificar: qualidade do conteúdo ministrado; desempenho do instrutor; aplicabilidade prática do treinamento e adequação da carga horária.

5.19. Resultados Esperados.

5.19.1. Ao final do treinamento, espera-se que os participantes sejam capazes de: estruturar dados para análise investigativa; construir gráficos analíticos complexos; identificar padrões e conexões em redes de relacionamento; aplicar técnicas de análise temporal; produzir relatórios analíticos baseados em evidências.

## **6. Das Obrigações da Contratante.**

6.1. Infraestrutura: Prover a infraestrutura tecnológica necessária, incluindo hardware, conectividade e acessos lógicos indispensáveis para a instalação, configuração e testes das soluções.

6.2. Pessoal: Designar e convocar os servidores ou colaboradores para os treinamentos, garantindo que o público indicado possua o perfil técnico compatível com o conteúdo ministrado.

6.3. Gestão e Fiscalização: Designar representante para acompanhar, fiscalizar, verificar e atestar formalmente as entregas e os serviços prestados pela Contratada.

6.4. Acesso aos Sistemas: Garantir e autorizar, de forma segura, o acesso dos técnicos da Contratada aos sistemas e ambientes necessários para a prestação do suporte e resolução de incidentes.

## **7. Subcontratação.**

7.1. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, exclusivamente para execução de parcelas acessórias relacionadas a treinamento especializado da solução, certificações técnicas, apoio especializado e serviços auxiliares correlatos.

7.2. Fica vedada a subcontratação da parcela principal do objeto contratual, compreendida pelo licenciamento da solução, gestão contratual, suporte técnico principal, operação da plataforma SaaS, manutenção da solução e responsabilidade técnica perante a Administração.

7.3. A subcontratação dependerá de prévia comunicação e autorização formal da Administração, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução contratual, inclusive quanto às obrigações técnicas, operacionais, administrativas e legais decorrentes do contrato.

7.4. A subcontratação das atividades de treinamento especializado relativas à solução i2 Analysis Studio, somente será admitida mediante comprovação de qualificação técnica e certificação oficial emitida pelo fabricante ou por centro de treinamento autorizado.

7.5. A subcontratação restringir-se-á exclusivamente às atividades acessórias previstas neste item, não se estendendo às demais obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

## **8. Condições de Segurança da Informação.**

8.1. A contratada deverá garantir sigilo absoluto e confidencialidade sobre todas as informações, dados, documentos ou quaisquer registros institucionais aos quais tenha acesso em razão da execução do objeto contratual, comprometendo-se a não divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações para finalidades diversas daquelas estritamente relacionadas à execução do contrato.

8.2. A contratada deverá observar e cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, incluindo, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as políticas, normas e diretrizes de segurança da informação adotadas pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

8.3. Sempre que houver necessidade de acesso a sistemas, redes, dados institucionais ou dependências físicas da contratante, a contratada deverá realizar o prévio credenciamento de seus profissionais, fornecendo as informações necessárias para fins de controle de acesso e identificação.

8.4. Fica expressamente vedada a divulgação, compartilhamento ou utilização de quaisquer dados, informações ou documentos institucionais sem autorização prévia e formal da contratante.

8.5. O licenciamento do software associado ao objeto da contratação deverá ser fornecido na modalidade de subscrição, durante todo o período do contrato, devendo incluir, atualizações tecnológicas, correções de segurança e suporte técnico do fabricante.

8.6. Quando necessária a realização de atividades presenciais, a contratada deverá assegurar que seus profissionais estejam devidamente identificados e credenciados junto à contratante, observando integralmente os procedimentos de controle de acesso, segurança institucional e demais normas internas aplicáveis.

## **9. Requisitos de Capacidade Técnica.**

9.1. Em observância ao disposto nos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação exigirá da licitante a comprovação de capacidade técnica, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com a solução tecnológica a ser fornecida.

9.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá se dar por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência prévia em fornecimento, implantação, suporte ou manutenção de soluções tecnológicas de análise visual de dados, inteligência investigativa ou softwares correlatos, compatíveis em natureza e complexidade com o objeto desta contratação.

9.3. Da mesma forma, a capacidade técnico-profissional deverá ser comprovada por meio da apresentação de profissional(is) integrante(s) do quadro da empresa licitante ou que dela venha(m) a fazer parte na execução do contrato, devidamente registrado(s) em conselho de classe ou detentor(es) de certificações específicas, quando aplicável, com experiência comprovada em atividades correlatas ao objeto da contratação.

9.3.1. Exceção para Treinamento: Caso a licitante opte pela subcontratação da atividade de treinamento, conforme facultado no item 7.4., a comprovação da capacidade técnica profissional dar-se-á mediante a apresentação do currículo e das certificações do(s) instrutor(es) pertencente(s) à empresa subcontratada, acompanhada da devida autorização formal da administração para tal subcontratação.

9.4. As exigências de qualificação técnica não poderão constituir barreira indevida à competitividade, devendo restringir-se ao mínimo necessário para garantir a execução satisfatória do contrato, em consonância com os princípios da isonomia, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **10. Comprovação de Qualificação Técnica - Certificação do Fabricante.**

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica necessária à execução do objeto da contratação, a licitante deverá demonstrar possuir certificação, credenciamento ou autorização formal emitida pelo fabricante do software, que a habilite a comercializar, licenciar, implementar ou prestar suporte técnico à solução ofertada.

10.2. A comprovação deverá ser realizada mediante apresentação de documento oficial vigente, emitido diretamente pelo fabricante ou por sua representação oficial, que ateste a condição da empresa como parceira autorizada, revendedora certificada, integradora ou canal oficial de comercialização, apta a fornecer os produtos e serviços relacionados à solução tecnológica objeto da contratação.

10.3. A exigência visa assegurar que o fornecedor possua vínculo formal com o fabricante da tecnologia, bem como capacitação técnica e autorização para a correta comercialização e disponibilização das licenças, atualizações, suporte técnico e demais serviços associados ao software ofertado.

10.4. Serão aceitos documentos equivalentes que comprovem a integração da licitante à rede oficial de parceiros do fabricante, desde que estejam válidos na data da apresentação da proposta e guardem pertinência com a solução ofertada no certame.



## **11. Prazo de entrega.**

11.1. O prazo de entrega do objeto contratado será de até 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato, período no qual a Contratada deverá providenciar todos os acessos, licenças, credenciais, configurações, integrações e demais meios necessários à plena implementação da solução, observados os prazos específicos previstos para realização do treinamento.

## **12. Vigência.**

12.1. O contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, contados da assinatura, compreendendo período de implantação, treinamento e execução contratual, sendo o licenciamento da solução e o suporte técnico prestados durante todo o período do contrato.

## **13. Considerações Finais.**

13.1. A presente contratação demonstra-se absolutamente necessária, estratégica e vantajosa para a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, uma vez que fortalece a capacidade institucional de análise, investigação e governança da informação em cenário de crescente sofisticação das organizações criminosas e de grande volume de dados a serem processados.

13.2. O objeto delineado neste memorial descritivo foi elaborado em conformidade com as diretrizes de planejamento da contratação estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 68.017/2023 e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando a observância ao interesse público, à economicidade, à eficiência administrativa e à mitigação de riscos de inexecução.

13.3. A definição da solução tecnológica, associada ao suporte técnico especializado e à capacitação dos usuários, garante não apenas a aderência imediata às necessidades operacionais, mas também a sustentabilidade e a evolução futura das capacidades investigativas, em consonância com padrões internacionais de interoperabilidade.

13.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação é juridicamente possível, tecnicamente adequada e indispensável para o fortalecimento das ações de inteligência de segurança pública no Estado de São Paulo, devendo, portanto, ter sua tramitação e execução aprovadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Gustavo Thomaz Cipriano  
Assessor Militar - Auxiliar Serviço de Compras - SC

## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 025.00011101/2025-67)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE O(A) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DO(A) GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS E .....

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Secretaria da Segurança Pública, com sede no(a) rua Líbero Badaró, 39, Centro, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.377.800/0099-30, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) Portaria/..... nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., portador(a) da identificação funcional ..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ....., no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 025.00011101/2025-67 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90036/2025**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços relacionados a **licenças de software de reconhecimento facial, análise I2 e treinamento em I2**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	Código BEC / GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		Licença de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, com entrega no modelo SaaS (Software como Serviço)	6785-7 / 27006	01	40	R\$	R\$
2	1	Licenças de uso do I2 Analysis Hub Usuário Concorrente, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento I2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.	6785-8 / 27472	01	05	R\$	R\$
3	1	Licenças de acesso ao I2 Explore Web, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento I2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.	6785-9 / 3840	01	50	R\$	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de **vigência da contratação** é de **14 (catorze) meses**, contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:

4.1.1.1. Considera-se parcela principal do objeto a atividade relacionada ao licenciamento da solução, gestão contratual, suporte técnico principal, operação da plataforma SaaS, manutenção da solução, gerenciamento operacional e responsabilidade técnica perante a Administração, atividades estas que deverão permanecer sob execução direta da contratada, em razão de sua relevância técnica, criticidade operacional e impacto na continuidade dos serviços.

4.1.1.2. Não será admitida subcontratação para o Item 01, considerando a natureza predominantemente operacional, integrada e continuada da solução tecnológica de reconhecimento

*facial e inteligência investigativa, cuja execução demanda responsabilidade técnica integral da contratada, especialmente quanto à operação da plataforma, suporte técnico especializado, integridade da solução e continuidade operacional dos serviços.*

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1. A subcontratação parcial será admitida exclusivamente para os Itens 02 e 03 da presente contratação, limitada às atividades acessórias relacionadas à capacitação técnica, treinamento oficial do fabricante, certificações técnicas, apoio especializado e serviços auxiliares correlatos, observados os limites, condições e exigências de qualificação técnica estabelecidos nos respectivos memoriais descritivos.

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.4.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.4.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.4.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O **valor total** da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 16/04/2026.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

*A sanção de **multa** será calculada em conformidade com a **Resolução nº SSP-05/2026**, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 00001/180101;*
- II. Fonte de Recursos: 150010001;*
- III. Programa de Trabalho: 06181182065590000*
- IV. Elemento de Despesa: 339039*
- V. Plano Interno: 0100*
- VI. Nota de Empenho:*

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- 2-



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.



**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**

**II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**

**III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**

**IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública

## ANEXO IV

## MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

- Razão Social:
- CNPJ:
- Endereço:
- Representante Legal:

## 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços relacionados a **licenças de software de reconhecimento facial, análise I2 e treinamento em I2.**

ITEM	GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	Código BEC / GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		Licença de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, com entrega no modelo SaaS (Software como Serviço)	6785-7 / 27006	01	40	R\$	R\$
2	1	Licenças de uso do i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.	6785-8 / 27472	01	05	R\$	R\$
3	1	Licenças de acesso ao i2 Explore Web, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.	6785-9 / 3840	01	50	R\$	R\$

## 4. DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, e representante legal do fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), CNPJ nº \_\_\_\_\_, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos, **PROPÕE** executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), declarando que a proposta apresentada já compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

## 5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- E-mail da empresa: \_\_\_\_\_ Telefone de contato: \_\_\_\_\_
- Nome do representante que assinará o contrato: \_\_\_\_\_
- CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_
- E-mail do representante: \_\_\_\_\_
- Dados Bancários (Banco do Brasil): Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Operação: \_\_\_\_\_

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)



**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_  
(nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
N.º .....

A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Gabinete do Secretário e Assessorias, com sede na rua Líbero Badaró, 39, Centro, na cidade de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.337.800/0099-30, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) Portaria/..... nº ....., de ..... de ..... de 202..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ....., no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 025.00011101/2025-67, resolve celebrar a presente **ATA de REGISTRO DE PREÇOS**, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **serviços relacionados a licenças de software de reconhecimento facial, análise I2 e treinamento em I2**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do **Edital de Pregão Eletrônico nº 90036/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: ..... (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade
1	Licença de solução tecnológica especializada em reconhecimento facial e inteligência investigativa, com entrega no modelo SaaS (Software como Serviço)			1	40	40	R\$	
2	Licenças de uso do i2 Analysis Hub Usuário Concorrente, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Hub, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.			1	05	05	R\$	
3	Licenças de acesso ao i2 Explore Web, com vigência de 12 (doze) meses e suporte técnico do fabricante incluso pelo mesmo período + Treinamento i2 Analysis Studio, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula.			1	50	50	R\$	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a **Secretaria da Segurança Pública**.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, é órgão participante do registro de preços:

Item nº	Órgão Gerenciador	Unidade	Quantidade
1	UASG – 180101 – <b>Secretaria da Segurança Pública</b>	01	10
2		01	2
3		01	20
Item nº	Órgão Participante	Unidade	Quantidade
1	UASG 180194 – <b>Centro de Inteligência da Polícia Militar</b>	01	30
2		01	3
3		01	30

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

#### Dos limites para as adesões

4.1.6. *As contratações adicionais decorrentes das **adesões não poderão exceder**, por órgão ou entidade, a 50% (**cinquenta por cento**) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.*

4.1.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. *Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado].*

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua

eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

b) *restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.*

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.



10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a *assinatura de termo de contrato*, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de *02 (dois) dias úteis*, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;



11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo

Cadastro de Reserva

*Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:*

<i>Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>								
<i>Item</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade máxima a ser cotada</i>	<i>Quantidade mínima a ser cotada</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>

*Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:*

<i>Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>								
<i>Item</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade máxima a ser cotada</i>	<i>Quantidade mínima a ser cotada</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>